



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

CRISTINA BALBINO DA SILVA

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A HISTÓRIA E AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO  
PRODUTIVA E SOCIAL DO ASSENTAMENTO CHICO  
MENDES - MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO POÇO/ PB

GUARABIRA-PB  
2012

CRISTINA BALBINO DA SILVA

A HISTÓRIA E AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO  
PRODUTIVA E SOCIAL DO ASSENTAMENTO CHICO  
MENDES - MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO POÇO/ PB

Monografia apresentada ao Curso de licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do Título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof.<sup>a</sup> Ms. Rita de Cássia Cavalcante.

GUARABIRA-PB  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

S586h

Silva, Cristina Balbino da

A história e as práticas de organização produtiva e social do assentamento Chico Mendes – Município de Riachão do Poço-PB / Cristina Balbino da Silva. – Guarabira: UEPB, 2012.

66f.:il.; Color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Rita de Cássia Cavalcante”.

1. Assentamento
  2. História Oral
  3. Organização Produtiva
- I. Título.

22.ed. CDD 333.31

CRISTINA BALBINO DA SILVA

A HISTÓRIA E AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO  
PRODUTIVA E SOCIAL DO ASSENTAMENTO CHICO  
MENDES - MUNICÍPIO DE RIACHÃO DO POÇO/ PB

Monografia apresentada ao Curso de  
licenciatura Plena em Geografia da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento as exigências para a obtenção do  
Título de Licenciado em Geografia.

Aprovada em 27 de junho de 2012

BANCA EXAMINADORA



Prof<sup>a</sup>. Ms Rita de Cássia Cavalcante (UEPB/CH/DE)  
Orientadora



Prof. Ms Carlos Renato Moiteiro (UEPB/CH/DE)  
Examinador



Prof<sup>a</sup>. Ms Maria do Socorro Borges Barbosa (UEPB/CCHLA/UNIPÊ)  
Examinadora

Guarabira-PB  
2012

## DEDICATÓRIA

Dedico esta Monografia à minha Mãe Verônica Diniz que desde a minha infância tem dado grande incentivo ao meu desenvolvimento intelectual. Sem você eu não teria compreendido a importância do SABER.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> **Rita de Cassia Cavalcante**. Agradeço-lhe imensamente pela parceria, cooperação, paciência, sempre disponível em todos os momentos que solicitei a sua contribuição e pela confiança, incentivo e compreensão nos momentos difíceis da caminhada.

A **Banca Examinadora** pela contribuição e disponibilidade na leitura do trabalho de pesquisa.

A todos os **professores e colegas da turma 2007.2 geografia**, que contribuíram para o meu aprendizado e amadurecimento intelectual.

A minha mãe **Verônica** pelo amor, dedicação e incentivo.

Ao meu amigo e colega de curso **Alexandre** meus sinceros agradecimentos pelo apoio incondicional e pela amizade verdadeira.

Agradeço de forma especial ao meu marido **Josiélio** pelo incentivo, confiança e amor.

A minha irmã **Cristiane** e a minha prima **Cássia** pelas importantes contribuições.

Aos assentados **Paulinha, Joãozinho, Alfredo** e ao **Luiz Trindade** morador do assentamento Tiradentes pelas importantes contribuições com seus relatos que deram vida a pesquisa.

A todos os **moradores e moradoras** do Assentamento Chico Mendes pelo exemplo de luta e resistência.

043-GEOGRAFIA

A HISTÓRIA E AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DO  
ASSENTAMENTO CHICO MENDES-RIACHÃO DO POÇO/PB

AUTOR: Cristina Balbino da Silva

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Ms Rita de Cássia Cavalcante (UEPB/CH/DE)

LINHA DE PESQUISA: Educação e Cidadania

EXAMINADORES: Prof. Ms Carlos Renato Moiteiro (UEPB/CH/DE)

Prof<sup>a</sup>. Ms Maria do Socorro Borges Barbosa (UFPB/CCHLA/UNIPÊ)

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar a história do Assentamento Chico Mendes no município de Riachão do Poço e suas principais formas de organização produtiva e social. Olhar o assentamento como espaço territorial e de formação humana foi o primeiro aspecto que deu origem a este trabalho de pesquisa, a partir de estudos iniciados no componente curricular geografia agrária e também pelo trabalho que realizamos como pesquisadora do IBGE no censo 2010, em que fomos conhecendo a situação em que vivem as famílias do assentamento Chico Mendes. Como caminho metodológico, realizamos a análise de produções teóricas sobre a temática e, para dar conta de aprofundarmos a concretude da vida e o cotidiano dos assentados/as, fizemos uma opção pela história oral, que representou a escolha de um método que não só serviu para o recolhimento dos depoimentos orais, mas que nos auxiliou na interpretação, análise do conjunto de ações e dizeres de um movimento social, que carrega consigo a dimensão de luta por direitos dos trabalhadores, em especial, os Sem Terra. Os resultados revelaram que a organização produtiva e social do assentamento Chico Mendes enfrenta os desafios de se organizar na perspectiva coletivista proposta pelo MST em oposição à concepção individualista de vida e trabalho desenvolvidas por alguns assentados.

**PALAVRAS- CHAVE:** Assentamento. Organização produtiva. História oral.

043-GEOGRAPHY

THE HISTORY AND THE PRACTICES OF SOCIAL AND PRODUCTIVE ORGANIZATION OF THE SETTLEMENT CHICO MENDES IN THE MUNICIPALITY IN RIACHÃO DO POÇO/PB

AUTHOR: Cristina Balbino da Silva

GUIDANCE: Prof<sup>a</sup>. Ms Rita de Cássia Cavalcante (UEPB/CH/DE)

LINE SEARCH: Education and Citizenship

EXAMINERS: Prof. Ms Carlos Renato Moiteiro (UEPB/CH/DE)

Prof<sup>a</sup>. Ms Maria do Socorro Borges Barbosa (UFPB/CCHLA/UNIPÊ)

### ABSTRACT

This study had as aim analyze the history of the settlement Chico Mendes in the municipality in Riachão do Poço and its main forms of social and productive organization. Look the settlement as a territorial space and human formation was the first aspect that gave rise to this research, as from studies started in component curricular agrarian geography and also for the work we performed as researcher in the IBGE census in 2010, where we went to know the situation that families live in the settlement Chico Mendes. How methodologica pathl, we performed the analysis for theoretical productions on the thematic and, to give account of deepen the concreteness of life and the the daily of settlers, we made an option by oral history, that represented the choice of a method that not only served to the collecting of oral deposition but that helped us in the interpretation, analysis of set of actions and sayings of a social movement, which carries the dimension of the struggle for workers' rights, , especially, the landless. The results revealed that the productive organization and social of the settlement Chico Mendes faces the challenges to organize itself in the collectivist perspective proposed by the MST in opposition to the individualistic conception of life and and work developed by some settlers.

Keywords: Settlement. Productive organization. Oral history.

## LISTA DE SIGLAS

CEBs = Comunidades Eclesiais de Base

CEDAL= Cooperativa de Energia e Desenvolvimento

CPT= Comissão Pastoral da Terra

CONAB= Companhia Nacional de Abastecimento

GEBAM= Grupo Executivo do Baixo Amazonas

GETAT= Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins

IBGE= Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA= Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTER= Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná

MASTRO= Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MST= Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA= Programa de Aquisição de Alimentos

PENAE= Programa Nacional de Alimentação da Agricultura

PNRA= Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF= Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UDR= União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I: A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA NO BRASIL.....	15
1.1 As ligas camponesas: “Eu marcharei na tua luta”.....	18
1.2 A reforma agrária na ditadura militar e o Estatuto da Terra.....	21
1.3 A questão agrária com a Nova República.....	23
1.4 A formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).....	25
CAPÍTULO II: COTIDIANO DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES: HISTÓRIAS DE VIDA E DE LUTA.....	30
2.1 A história de gestação do assentamento Chico Mendes (Fazenda Ipanema).....	30
2.2 O dia a dia no acampamento: momento de uma grande escola.....	33
2.3 A luta pela permanência na terra conquistada e as estratégias de organização: dificuldades e desafios.....	35
2.4 Perspectivas, sonhos e desejos do assentamento Chico Mendes.....	39
2.5 O trabalho do MST no assentamento.....	42
CAPÍTULO III: AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES.....	45
3.1 O trabalho da produção e a vida no assentamento: o agir individual e o coletivo.....	46
3.2 Formas de cooperação presente no assentamento: Associação e cooperativa.....	49
3.3 Produtos agrícolas, comercialização e práticas alternativas de sobrevivência no campo.....	51
4. LIÇÕES APRENDIDAS COM A PESQUISA.....	57
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE.....	61
ANEXO.....	63

## INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira historicamente traz sua marca pela extrema concentração de terras e intensa exploração, que marca as relações de trabalho no campo. Esse fator, associado ao modelo de desenvolvimento capitalista, gerou e gera processos de exploração e expulsão dos trabalhadores rurais do campo. Como consequência fundamental, o capitalismo produz desigualdade e simultaneamente riquezas e, contraditoriamente, isto provoca formas de lutas e resistência nos trabalhadores.

Canudos, Contestado, Ligas Camponesas e demais lutas sociais do campo que ocorreram ao longo da história do Brasil, são exemplos de movimentos sociais que se posicionaram contra a concentração de terra no país, desenvolvendo formas de resistência contra a exploração e expropriação dos trabalhadores do campo. Tendo como principal papel reivindicar o acesso à terra, melhores condições de vida e de trabalho no campo. Nesse contexto também se inscreve o MST, um dos mais importantes e expressivos movimentos sociais da atualidade, “fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro” (FERNANDES, 1999, p.39).

Esse movimento originou-se das lutas localizadas, que estavam ocorrendo em diversos estados, na década de 70, frente à resistência contra o desenvolvimento agropecuário implantado durante o regime militar. Foi conquistado no espaço social e nas diversas experiências construídas no cotidiano da luta pela terra. Contudo, o movimento só vem se consolidar como uma organização nacional, no primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra (1984), em Cascavel, Paraná. Originado na luta de massas, reuniu, além de trabalhadores rurais, trabalhadores pobres e desempregados da cidade, que reencontram no movimento a sua identidade.

Sua proposição, além da luta pela reforma agrária, é por um novo modelo de sociedade. Na sua forma de organização, realiza lutas de massas expressas através de marchas, audiências, assembleias, abaixo-assinados, ocupações de prédios públicos, ocupações de terras etc., com o propósito de repensar a política agrária e agrícola do país.

Outra forma de organização, de impacto social, são as ocupações e acampamentos promovidos pelo Movimento, considerados como espaços de luta e

resistência pelo direito e o acesso à terra, tornando-se a principal forma de pressão do movimento sobre o Estado para a realização das desapropriações e criação dos assentamentos (BUTH & CORRÊ, 2006).

No entanto, a luta dos Sem Terra não se encerra com a conquista da terra, pois, uma vez instalados no assentamento, as reivindicações continuam, iniciando o processo de construção do território. Entretanto, outras demandas da luta pela terra são advindas do processo de assentamento, dentre tantas, a ausência e demora no repasse de recursos do governo (créditos, fomentos, moradia), dificulta e retarda a estruturação socioeconômica e produtiva dos assentados e seus processos de organização coletiva.

Nesse sentido, é enfrentando e superando os problemas presentes no dia a dia do assentamento que os assentados constroem um novo espaço territorial e lutam por todas as condições básicas e de organização do viver no assentamento.

Olhar o assentamento como espaço territorial e de formação humana foi o primeiro aspecto que deu origem a este trabalho de pesquisa, a partir de estudos iniciados no componente curricular geografia agrária e também pelo trabalho que realizamos como pesquisadora do IBGE no censo 2010, em que fomos conhecendo a situação em que vivem as famílias do assentamento Chico Mendes.

O contato com estas famílias levantou alguns questionamentos: Como se constituiu a história de luta pela terra no assentamento? Quais as práticas de organização e de produção do assentamento? Que estratégias para permanência na terra são construídas pelos assentados? Quais as dificuldades e perspectivas após a conquista da terra?

Com o propósito de contribuir para o esclarecimento de tais questionamentos é que nos propomos perseguir os seguintes objetivos nesta pesquisa:

**Objetivo geral:**

- Analisar a história do Assentamento Chico Mendes no município de Riachão do Poço-PB e suas principais formas de organização produtiva e social.

**Objetivos específicos:**

- Levantar a história de gestação do assentamento Chico Mendes.

- Identificar as práticas de organização produtiva e social no assentamento.
- Reconhecer as estratégias de permanência na terra e as dificuldades enfrentadas.
- Apresentar e divulgar a história e o cotidiano do assentamento aos assentados de Chico Mendes.

## **1.1 Caminhos da pesquisa**

Ao desenvolver essa pesquisa, tivemos que construir um caminho teórico-metodológico que possibilitasse alcançar os objetivos acima propostos.

Inicialmente, realizamos o levantamento e análise de produções teóricas sobre a temática, sendo essa etapa fundamental para o aprofundamento e construção deste trabalho, direcionando melhor nossos passos e criando laços de fortalecimento entre a teoria, o fenômeno estudado e a história dos trabalhadores/as sem terra.

Após essa etapa, desenvolvemos a pesquisa de campo e buscamos nos apoiar em uma metodologia de pesquisa que ajudasse a construir a história de formação do assentamento Chico Mendes e entender suas principais formas de organização produtiva e social, o que fez escolhermos a metodologia da história oral. Para colocarmos em prática essa metodologia, vimos que precisaríamos fazer visitas ao assentamento Chico Mendes (espaço geográfico desta pesquisa), para estabelecermos contatos com os/as assentados/as e observarmos o cotidiano do assentamento.

Nessas observações, utilizamos o diário de campo como instrumento de pesquisa que nos facilitou os registros, as impressões pessoais subjetivas e dados que julgamos pertinentes aos objetivos do estudo, bem como serviu para que fizéssemos nossas observações, tecêssemos os comentários e registrássemos situações que a entrevista não daria conta de contemplar.

O Assentamento Chico Mendes está localizado na Zona Rural do município de Riachão do Poço do Poço situado na Zona da Mata Paraibana, próximo cerca de 2 km da cidade, sendo este dividido em duas agrovilas.

Após o conhecimento da área de pesquisa, partimos para compreender a

história do assentamento a partir da voz de quem foi parte dessa construção. Para isso, realizamos 04 entrevistas semiestruturadas com trabalhadores/as, sendo 03 assentados e um que participou da luta do acampamento.

Não nos preocupamos com a quantidade estatística frente ao número de famílias assentadas (120), mas selecionamos aqueles que tinham participado desde a ocupação, entendendo que esses depoimentos poderiam nos revelar a história de formação e vida cotidiana do assentamento Chico Mendes. Por esse motivo também selecionamos um trabalhador que participou de toda a luta, mas hoje se encontra assentado no assentamento Tiradentes em Mari.

Elegemos como sujeitos desta pesquisa os/as assentados/as Ana Paula da Silva conhecida no assentamento por Paulinha, João Porfirio de Freitas conhecido por Joãozinho e Alfredo Miranda da Costa e Luiz Trindade morador do assentamento Tiradentes.

Para dar conta de aprofundarmos a concretude da vida e o cotidiano dos assentados/as, fizemos uma opção pela história oral, que representou a escolha de um método que não só serviu para o recolhimento dos depoimentos orais, mas que nos auxiliou na interpretação, análise do conjunto de ações e dizeres de um movimento social, que carrega consigo a dimensão de luta por direitos dos trabalhadores, em especial, os Sem Terra.

Nesse sentido, a história oral, enquanto proposta metodológica aportada na pesquisa qualitativa que vincula oralidade e memória, consistindo no caminho metodológico que percorre toda a realização da pesquisa, que se inicia com a elaboração de um projeto, desdobra-se em entrevistas gravadas e cuidados com a transcrição e conferência dos depoimentos que podem ser analisados, arquivados e publicados, mas que voltam ao grupo que as gerou (MEIHY, 1996, p.15).

Também é um método que nos possibilita entender o vivido de cada família assentada, por meio do relato de suas experiências e sentimentos, sendo, pois, um precioso recurso de compreensão das informações acerca de experiências sociais.

Por meio da oralidade, o indivíduo pode rememorar seu passado, viver seus sentimentos, expor suas visões e experiências vividas. Desta forma, a história oral ao valorizar as percepções, sentimentos e emoções pessoais, nos fornece pistas para a compreensão dos sujeitos envolvidos e o contexto em que vivem, uma vez que “a memória não é um fenômeno de interiorização individual, mas sim, uma

construção social e um fenômeno coletivo, dessa forma sendo modelada pelos próprios grupos sociais” (GOULART; PERAZZO; LEMOS 2005, p.156).

Essa metodologia não é apenas um mecanismo de registro, uma forma de resgatar memória, mas uma maneira de compreender a história vista de baixo, a história do ponto de vista dos excluídos, possibilitando aos indivíduos que foram privados do acesso a terra, do acesso ao saber, serem ouvidos.

No entanto, para atingir nossos objetivos, optamos pela modalidade da história oral temática, na qual os depoimentos são colhidos tendo como base um tema, como ressalta Meihy (1996, p.41): “Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido”.

Assim, a história oral temática busca analisar uma determinada situação por meio de questionário orientado com temas específicos, procurando a verdade pela narrativa de quem presenciou um acontecimento, ou dele tenha alguma versão. Desta forma, os detalhes da história pessoal do entrevistado só interessam a pesquisa quando se relacionam ou revelam aspectos úteis à informação temática (MEIHY, 1996, p.41).

Para sistematização da pesquisa, realizamos o processo de transcrição das fontes orais, pelo qual reconhecemos a beleza e o modo correto de expressão vocabular dos entrevistados, por isso conservamos suas expressões. No entanto, concordamos com Meihy (1996, p.58) que os “vícios de linguagem, erros gramaticais, palavras repetidas devem ser corrigidas”.

Por último, realizamos a transcrição, o texto final que apresentaremos no capítulo II e III. Por transcrição entendendo ser o momento em que as falas foram sendo recriadas e transformadas em texto, o instante em que pesquisador e narrador dialogam para construir um texto vivo, que expressa a história de vida e de luta dos moradores do assentamento Chico Mendes. Estaremos utilizando apenas os depoimentos que nos relatem algo novo, eliminando desta forma depoimentos que se repetem.

Deste modo, estaremos deixando registrada a história do assentamento, a partir da voz de cada entrevistado que relatou sua história de vida e de luta pela terra, as práticas de organização produtiva e social presentes no assentamento, suas dificuldades, perspectivas e o trabalho realizado pelo MST.

## 1.2 Organização do trabalho

O trabalho foi elaborado com a seguinte estrutura: o primeiro capítulo traz como tema norteador “A questão agrária e a luta pela terra no Brasil”. Neste capítulo, procuramos organizar o resgate histórico da questão agrária, buscando entender como se configurou o problema agrário e a luta pela questão da terra no Brasil, fazendo um recorte histórico a partir das Ligas Camponesas. Enfatizamos também a questão agrária durante a ditadura militar, a nova república e a formação do MST.

O segundo capítulo tem como tema “o cotidiano do Assentamento Chico Mendes: Histórias de vida e de luta”. Neste capítulo, procuramos construir a história de formação do Assentamento Chico Mendes a partir da voz de cada assentado/a, que expuseram fragmentos de suas vidas, lutas e dificuldades vivenciadas no acampamento e atualmente no assentamento.

O terceiro capítulo tem como tema “As práticas de organização produtiva e social no assentamento Chico Mendes”. Neste capítulo, procuramos mostrar as práticas de organização produtiva e social vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Chico Mendes, destacando as alternativas que os mesmos vêm construindo para a viabilização do viver no assentamento.

## CAPÍTULO 1

### A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Neste capítulo, pretendemos organizar o resgate histórico da questão agrária no Brasil, buscando entender como se configurou o problema agrário e a luta pela questão da terra no Brasil, fazendo um recorte histórico a partir das Ligas Camponesas. Entretanto, torna-se indispensável uma breve síntese sobre as origens da questão agrária no Brasil, para compreender melhor a atual situação de desigualdades sociais e a extrema concentração de terras ainda presente na nossa sociedade.

A questão agrária e a luta pela terra no Brasil não são um problema recente, elas estão presentes no nosso cotidiano há séculos; suas origens remontam ao período da colonização portuguesa, que instaurou o regime de distribuição de terras baseado na “concessão territorial”. Nesse regime as terras eram destinadas aos sesmeiros, que podiam fazer uso, mas o domínio dela era exercido por Portugal. Porém, nem todos podiam ter acesso a terra, uma vez que elas só podiam ser doadas a quem tivesse posses para explorá-la e produzir gêneros comercializáveis que gerassem lucro à coroa portuguesa (STÉDILE, 2005, p.22).

Essa condição imposta pela coroa (a concessão de uso) possibilitou que pessoas com “posses” recebessem imensas extensões de terra, viabilizando assim a criação de grandes propriedades fundiárias. Desta forma, a terra tornou-se propriedade de poucos donos e passou a ser sinônimo de poder e riqueza.

No entanto, apesar da abundância de terras, faltava no território brasileiro disponibilidade de mão de obra. Como demonstra Linhares e Silva (1999, p.47). “[...] a terra para se constituir em um efetivo meio de produção de riquezas necessita do trabalho”. Assim, a saída encontrada pelos colonos portugueses para garantir o empreendimento colonial e desenvolver o latifúndio monocultor exportador foi a exploração da mão de obra indígena e escrava.

Desse modo, os índios que já habitavam o território brasileiro antes da chegada dos portugueses foram os primeiros excluídos do acesso a terra e sofreram coação e violência para servirem de mão de obra em trabalhos voltados para a economia brasileira baseada na monocultura. Mas os povos indígenas não

permanecem passivos e ofereceram grande resistência ao colonizador contra o cativo, a matança, a opressão e o aprisionamento da terra. No entanto, como mostra Morissawa (2001, p.60) a dificuldade em “domiciliar” a mão de obra indígena, e as vantagens que o tráfico de escravos africanos gerava para os colonos, acabaram sendo decisivos para a substituição dos índios pela mão de obra negra.

Desta forma, outro sujeito desse processo de exploração foi o negro africano que, arrancado de sua terra, era maltratado e obrigado a trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar em regime de escravidão. Sendo assim, o escravo africano não tinha a posse de sua vida e tornou-se uma mercadoria de alto valor. Para Martins (1997, p.18) “o escravo era no fundo, um animal de serviço e, portanto um desvalido, mas era ao mesmo tempo um bem, uma mercadoria, imobilização de capital”.

Em meio às condições desumanas impostas aos escravos, quilombos<sup>1</sup> se ergueram, criando espaços de resistência. Como nos afirma Cavalcante (2002, p.42) “Os escravos lutaram contra o cativo, pela sobrevivência do seu povo, pelo trabalho livre e, principalmente pela condição de ser considerado humano”.

Quando se começou a cogitar a possibilidade de não mais usar o trabalho escravo, a coroa portuguesa promulga a Lei de Terras nº 601/1850, tornando a terra uma propriedade privada, cujo acesso era negado a quem não tivesse dinheiro para comprá-las. Com isso, a terra foi transformada em uma mercadoria a qual somente os ricos podiam ter acesso, existindo assim uma distinção racial e religiosa para a posse e domínio das terras; escravos, pobres e índios não podiam ter acesso à terra.

A lei de terras teve como objetivo impedir o livre acesso à terra pelos escravos, trabalhadores livres e pelos imigrantes europeus, forçando-os a trabalhar para quem possuísse terra, tornando o trabalho em terra alheia a única forma de sobrevivência. A esse propósito, Martins (1997, p.18) diz que “a lei de terras foi um artifício para criar um problema e ao mesmo tempo uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e tem terra e poder”.

Desta forma, a lei de terras serviu para que as elites da época resolvessem o problema da mão-de-obra que se anunciava com o fim da escravidão, sem alterar a estrutura agrária; pelo contrário, consolidou ainda mais a grande propriedade,

---

<sup>1</sup> Quilombo foi o território livre, era a terra onde viviam negros, alguns índios e também trabalhadores livres e marginalizados pela sociedade colonial. O maior deles foi o Quilombo de Palmares (FERNANDES, 1999, p.16).

instituindo assim o trabalho livre. Isto porque com o fim da escravidão e a implantação da lei, Fernandes (1999, p.17) considera que determinou-se uma nova relação social: a venda da força de trabalho. Restava ao trabalhador livre que não possuía a terra vender sua força de trabalho ao proprietário, sujeitando-se a novas relações de trabalho.

O trabalho livre em terra cativa também fez surgir outras formas de relação de trabalho no campo: o colonato nas regiões sul e sudeste e o morador no nordeste açucareiro. Conforme Moreira (1997, p.43) os moradores, eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário da terra a autorização para morar e ocupar um pedaço de terra e nela plantar uma roça, devendo este prestar serviços gratuitos ao proprietário (o cambão), que significava dois ou três dias por semana de trabalho na propriedade (moradores de condição), ou pagar uma renda em dinheiro ao proprietário para uso da terra - o foro, constituindo-se em moradores foreiros.

Estes moradores tinham que se sujeitar aos mandos e desmandos do proprietário, pois não tinham quaisquer direitos sobre a terra e muitos estavam sujeitos a deixarem seu pagamento nos barracões<sup>2</sup>, no qual acumulavam dívidas e assim não podiam deixar a propriedade.

Nas regiões sul e sudeste, em substituição aos escravos, tivemos a presença do colonato, imposto aos imigrantes que chegavam para trabalhar nas fazendas de café. No colonato, cada família de imigrante tinha a tarefa de cuidar de certo número de pés de café e recebia um salário anual; e com a colheita recebiam uma espécie de gratificação, de acordo com a quantidade colhida. Também tinham a permissão para plantar gêneros de primeira necessidade para a manutenção da família (FURTADO, 2005, p.98).

A realidade dos colonos se assemelhava à dos moradores, pois estes também tinham que se submeter ao poderio dos fazendeiros, que os explorava por meio do sistema de meação ou do foro.

A questão agrária no Brasil esteve relacionada à estrutura fundiária fortemente concentrada e aos processos de expulsão e exploração dos trabalhadores rurais, resultantes do processo desigual e contraditório do capitalismo no campo que, por sua vez, gera uma grande massa humana vitimada e penalizada.

---

<sup>2</sup> O barracão correspondia a um armazém pertencente ao engenho ou arrendado a alguém de confiança do senhor; recebendo o morador vales ao invés de dinheiro, ficava geralmente em débito, devido aos preços exorbitantes do barracão (CABRAL, apud MOREIRA E TARGINO, 1997,45).

Assim, enquanto terras ficam ociosas ou são utilizadas de modo impróprio ou especulativo, pessoas excluídas passam fome nas cidades e sentem as consequências sociais do problema agrário brasileiro.

No entanto, na luta contra “o cativo da terra” e por melhores condições de vida, trabalhadores rurais desenvolveram e vêm desenvolvendo várias formas de organização e resistência contra os processos que os excluem do campo. A exemplo, Guerra de Canudos (1896-1897), Guerra do Contestado (1912-1916), Cabanagem (1835 -1840), Ligas Camponesas (1955-1964) são alguns dos muitos movimentos ocorridos ao longo da história do Brasil, que trazem memórias da capacidade de resistência e luta pela terra e pela liberdade no campo. Vejamos, pois uma das principais lutas na Paraíba.

### **1.1 – As Ligas Camponesas: “Eu marcharei na tua luta”**

Demarcando um desses momentos históricos, nos anos 50 iniciou-se todo o processo de modernização da agricultura, estimulada pelo governo como forma de superar o atraso no campo.

Esse processo no nordeste, apesar da pouca mudança tecnológica, devido à falta de investimentos e políticas agrárias provocou transformações na vida do camponês. A introdução dos engenhos a vapor e a implantação de usinas provocou o despejo das famílias que moravam nas grandes propriedades e produziam seus alimentos, uma vez que as terras foram tomadas pelos proprietários para a expansão das lavouras da cana-de-açúcar destinada ao fornecimento para as usinas.

Tal fato contribuiu para acentuar a concentração de terras na mão de poucos donos e por agravar a situação dos trabalhadores, promovendo sua expulsão e expropriação. De acordo com Cavalcante (2002, p.56) os poucos que permaneceram nas terras foram transformados em trabalhadores assalariados, ainda no caráter de morador de condição, tendo desta forma que se sujeitar aos desmandos do proprietário da terra e a exploração por meio do regime do cambão.

É nesse contexto que nascem as Ligas Camponesas, a maior organização política dos camponeses, na qual participavam pequenos proprietários, parceiros,

posseiros e meeiros, que lutavam contra a expropriação, a expulsão da terra e o assalariamento.

As Ligas Camponesas começaram a se organizar por volta de 1945, frente às condições de miséria em que viviam os trabalhadores rurais e contra a exploração do cambão (um dia ou mais de serviço na semana ao proprietário) e do barracão.

A primeira liga fundada foi em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, no Engenho Galileia, em 1954, com o nome de Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SPPP), que inicialmente teve um caráter de prestar assistência social aos arrendatários, especificamente com relação ao auxílio de mortos. E que depois foi mudando sua atuação, conforme Bastos (apud Oliveira, 1994, p.29):

Do ponto de vista legal caracterizou-se por constituir numa sociedade civil beneficente de auxílio mútuo, cujos objetivos eram primeiramente a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (as sociedades funerárias eram comuns na região) e, secundariamente, a aquisição de implementos agrícolas (sementes, inseticidas, adubos, instrumentos) e reivindicação de assistência técnica governamental.

Entretanto, essa foi uma das formas encontradas pelas lideranças para não dar visibilidade à real questão da luta contra o foro<sup>3</sup> e para organizar os trabalhadores.

Posteriormente, com uma maior politização do grupo e com o apoio do Partido Comunista Brasileiro, as ligas passaram a atuar em prol de um projeto de reforma agrária radical, tendo por lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, em oposição a um cenário em que predominava o interesse dos grandes proprietários de terras.

De Pernambuco, as Ligas se expandiram pelo Nordeste, repercutindo na Paraíba em 1957, com a criação da Associação de Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Sapé, conhecida como Liga Camponesa de Sapé, liderada por João Pedro Teixeira, que lutava pelo fim do monopólio de classe sobre a terra, como nos afirma Elias (2006, p.25):

A luta de João Pedro Teixeira, de Ivan Figueiredo, João Alfredo Dias (Nego Fubá), de Pedro Fazendeiro, era para que o trabalhador não fosse obrigado a pagar o cambão e tivesse melhores condições de vida, [...]. É claro que isso não deixou os latifundiários contentes, foi a partir daí que os

---

<sup>3</sup> Renda da terra em forma de aluguel anual cobrada pelos proprietários do engenho Galileia.

camponeses passaram a receber graves ameaças onde os fazendeiros começaram a contratar capangas para assustá-los.

Nesse contexto de luta e de defesa de seus interesses é que se intensifica a violência, a repressão e a perseguição praticada pelos latifundiários, os quais passaram a exercer forte pressão sobre alguns líderes das ligas. Neste cenário, vários trabalhadores foram torturados, maltratados e assassinados, dentre eles, Negro Fubá, João Pedro Teixeira, que foi morto em abril de 1962, em uma tocaia armada pelos latifundiários Antônio Vítor, Agnaldo Veloso Borges e Pedro Ramos Coutinho, que confessou ao Cabo Chiquinho que praticou o crime com mais dois capangas. Após sua morte, Elizabeth Teixeira, sua esposa continuou a luta pela terra e jurou que daria continuidade à luta de seu marido contra as injustiças ao homem do campo, juntamente com os 10 mil camponeses associados à Liga Camponesa de Sapé. Ela que, sempre que João Pedro perguntava se também continuaria a luta, ficava calada, no dia de sua morte respondera:

João Pedro, por mais de uma vez você me perguntou se eu daria continuidade à sua luta, e eu nunca te dei a minha resposta. Hoje eu te digo, com consciência, ou sem consciência de luta, eu marcharei na tua luta, João Pedro, pro que der e vier! (GODOY, 1997, p.75).

Assim, a trajetória de vida de João Pedro e Elizabeth, organizada por Godoy, fez que ela compreendesse a fortaleza e força dessa mulher:

Na sua imensurável dor de mulher e de mãe, Elizabeth incorporou a dor dos excluídos. E a luta continuou. Mais forte, mas solidária. De dona de casa as circunstâncias haviam-na transfigurado também em uma figura pública, como presidente da liga de sapé, em um simbolismo cristalino da transcendência da luta por sobre a morte e o medo. Por sobre a imagem de fragilidade e as atribuições de passividade tecidas acerca das mulheres (GODOY, 1997, p.18).

A partir de então, Elizabeth se envolve com a luta das ligas e dos sindicatos, e por esse motivo passa a sofrer constantes repressões por parte da polícia, que sempre a ameaçava de prisões.

Com o golpe militar de 1964, que desarticulou o movimento, reprimindo violentamente a luta dos trabalhadores, Elizabeth teve que fugir para o Rio Grande do Norte, com outra identidade, sendo obrigada a deixar para trás seus 10 filhos.

Com a ditadura militar todo o processo de formação das organizações dos

trabalhadores foi parcialmente extinto, dada a situação de autoritarismo, perseguição militar, prisão e tortura, além da censura imposta aos meios de comunicação, suspensão dos direitos constitucionais e a dissolução dos partidos políticos, significando a impossibilidade dos trabalhadores terem um espaço político para lutarem por seus direitos.

## **1.2 A reforma agrária na ditadura militar e o Estatuto da Terra.**

Com o regime da ditadura militar, a questão agrária se intensificou ainda mais, aumentando a concentração de renda e a concentração fundiária no país.

Os militares, ao promover a implantação de seu modelo de desenvolvimento para o campo por meio da tecnificação da agricultura, possibilitou a oferta de incentivos e inserções fiscais, privilegiando as grandes empresas que passaram a ocupar-se da agropecuária. Tal medida, ao mesmo tempo em que impulsionou o crescimento econômico da agricultura, acabou transformando o Brasil no paraíso dos latifundiários e promovendo a expropriação e expulsão, de milhares de famílias camponesas. Desta forma, arrendatários, parceiros, moradores, meeiros passaram a experimentar a proletarianização rural e ou urbana em vez do trabalho na agricultura familiar. Essa nova situação fez alargar os conflitos agrários no país.

Entretanto, o governo militar com o objetivo de desmobilizar a organização dos camponeses e os conflitos agrários criou o Estatuto da Terra, que estabeleceu como metas principais a execução da reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. No entanto, embora o Estatuto da Terra previsse a ocupação de regiões pioneiras para solucionar os problemas sociais nas regiões de ocupação antiga (nordeste, sudeste e sul), não resolveu a questão agrária, pois o objetivo do governo era colonizar para não realizar a reforma agrária. Assim, o governo desenvolveu projetos de colonização na Amazônia e Centro Oeste, que em sua grande maioria favoreceram o grande proprietário.

Como demonstra Fernandes, a criação do Estatuto da Terra foi à forma encontrada pelos militares para beneficiar os latifundiários sem realizar a reforma agrária:

No início da ditadura, os militares haviam criado o Estatuto da Terra, com o intuito de resolver isoladamente os conflitos fundiários para desmobilizar os camponeses. O objetivo era evitar que a questão agrária se transformasse

num problema nacional. Na pretensão de ter o controle sobre a questão agrária, o governo planejava usar o Estatuto da Terra, conforme a sua concepção de reforma agrária, em que constavam a utilização da tributação e os projetos de colonização, de modo que a desapropriação era uma exceção (FERNANDES, 1999, p.32).

Desta forma, as desapropriações somente eram realizadas como tentativa de diminuir as tensões sociais. Porém, essa política não diminuiu os conflitos por terra nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul do país. O governo militar tentou controlar a questão agrária por meio da militarização, instaurando órgãos para controlar os conflitos de terra, a exemplo do Grupo Executivo do Baixo Amazona – GEBAM e Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins – GETAT, não impedindo o crescimento das lutas dos trabalhadores do campo. Pois, mesmo com a forte repressão e violência, as lutas dos trabalhadores rurais continuaram em resistência a esse sistema político e pela Reforma Agrária, ganhando força com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, que segundo Fernandes (1999, p.39) representou importante espaço social, onde os trabalhadores encontraram as condições para se organizar e lutar contra as injustiças e por seus direitos.

Em 1975, a Igreja Católica criou a Comissão Pastoral da Terra-CPT, que começou a desenvolver um trabalho junto às comunidades rurais e da periferia das cidades, articulando novos movimentos pela conquista da terra, com ocupações e mobilizações. Foram nessas experiências e no seio pela retomada da democracia, que os trabalhadores rurais iniciaram um novo processo de conquistas na luta pela terra. Em cada estado, os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para a luta e conquista da terra, tendo em comum sua forma de organização. A CPT promovia a articulação dessas lutas, criando espaços de socialização política entre os trabalhadores, realizando encontro entre sem-terras de diferentes estados para trocar experiências e pensar o desenvolvimento da luta pela terra e pela reforma agrária. Porém, foi somente depois de um longo processo de mútuo conhecimento e de articulação entre as lideranças e de lutas localizadas, que o MST se consolida como uma organização nacional, no primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra em 1984, no município de Cascavel (PR), com a participação de 92 pessoas. Nesse encontro, que teve como lema “Terra para Quem nela Trabalha e Vive”, foram definidos os objetivos: Lutar pela reforma agrária, por uma sociedade justa e pelo acesso à terra para quem nela trabalha e vive.

### 1.3 – A questão agrária com a Nova República

Com o fim do período ditatorial em 1985, veio a chamada Nova República, carregando a bandeira da redemocratização do país, e com ela volta a se falar em reforma agrária.

O governo de Jose Sarney (1985-1990) é obrigado a reconhecer a gravidade da questão agrária, devido os intensos conflitos por terra em várias regiões do Brasil, e cria um plano intitulado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Como demonstra Morissawa (2001, p.107), “o objetivo do plano era dar aplicação rápida ao Estatuto da Terra e viabilizar a reforma agrária no período do mandato de Sarney, assentado 1,4 milhão de famílias”. Porém, diante da forte oposição dos grandes proprietários de terra que organizaram a União Democrática Ruralista (UDR), por meio de sua representação no Congresso Nacional, o plano não se concretizou.

Assim, no fim do governo de Jose Sarney, foram assentadas apenas 82.690 famílias, um total de 6% do previsto no PNRA. Segundo Fernandes (1999, p.189) “esse número foi muito mais resultado das ocupações de terra realizadas pelos sem terra do que de ações do governo”.

No governo de Fernando Collor (1990-1992) essa situação se aprofunda ainda mais. Além de não fazer nada a favor da reforma agrária, durante seu curto período de governo os sem-terra foram fortemente reprimidos, diminuindo desta forma as ocupações e o número de famílias na luta pela terra. Conforme afirma Stedile (apud Fernandes, 1999, p.189):

O governo Collor além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal, o que é um agravante, pois não é uma tropa de choque, é repressão política pura. O agente da Polícia Federal é um sujeito mais preparado, mais sedimentado. Não batiam mais nas nossas canelas, batiam na cabeça. Essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo, quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal.

Com o impeachment do governo de Collor, após a descoberta de seu envolvimento num esquema de corrupções, toma posse seu vice Itamar Franco.

No governo de Itamar Franco (1992-1994), foi aprovada a Lei Agrária (8.629/93) pela qual as propriedades rurais foram classificadas em minifúndio, pequena propriedade, médias propriedades e grandes propriedades.

Com essa lei, houve a regulamentação das desapropriações, incluindo um mecanismo de rito sumário, que acelera o processo e exige do poder judiciário um prazo de 120 dias para a desapropriação da terra (MORISSAWA, 2001, p. 110). Essa lei foi criada com o objetivo de controlar as lutas pela reforma agrária.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi marcado por diferentes políticas de reforma agrária. No primeiro mandato, apostou que eliminaria a questão agrária, realizando uma ampla política de assentamentos rurais, pois acreditava que assentando somente as famílias acampadas o problema agrário seria resolvido.

No entanto, sua atuação na área agrária em seu primeiro mandato foi marcada por dois grandes conflitos: o massacre de Corumbiara no estado de Rondônia, em 1995, no qual morreram dez sem-terra e dois policiais; e o massacre de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996, onde foram mortos dezenove sem-terra. Essas duas tragédias, somadas ao crescimento das ocupações de terra, derrubaram sua tese de que não existiam tantas famílias para assentar.

Em seu segundo mandato, mudou sua atuação, criminalizando as ocupações de terra, criando medidas para não assentar famílias que participassem de ocupações de terra e não desapropriar terras ocupadas.

Desenvolveu também uma política de mercantilização da terra, implantando o Banco da Terra, uma política de crédito para compra de terras. Por meio deste mecanismo, desenvolveu uma reforma agrária de mercado, contando com o apoio do Banco Mundial. De acordo com Marques( 2004, p.47):

A reforma agrária via mercado instituída pelo “Banco da Terra”, foi proposta supostamente para conter a “indústria de desapropriação” que tem sido beneficiada por indenizações milionárias, põe em segundo plano o instituto de função social da terra e reafirma na prática a precedência do direito da propriedade privada.

Dessa maneira, a reforma agrária de mercado acabou por beneficiar o grande latifundiário, permitindo usar a terra de modo especulativo.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), em seu primeiro ano de mandato, assistiu-se ao crescimento das ocupações de terra e dos assentamentos, o que ocorreu possivelmente pela redução da aplicação da criminalização da terra, somada à esperança dos sem terra que acreditaram na realização da reforma agrária em seu governo (GIRANDI e FERNANDES, 2008, p.79).

Nos anos seguintes de seu governo, Lula investiu muito mais na regularização de terras do que na desapropriação para a criação de novos assentamentos. Essa política agrária pode ser explicada pelo seu apoio ao agronegócio. Desta forma optou não fazer a reforma agrária nas áreas de domínio do agronegócio e ao mesmo tempo fazê-la nas áreas de expansão agrícola de interesse do agronegócio. Na sequência do governo Dilma Rousseff, há uma continuação dessa política, sem muitas modificações em relação a uma proposta de reforma agrária.

#### **1.4 – A formação do Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)**

O processo de gestação e formação do MST nasceu das lutas sociais ocorridas na década de 70 em diferentes estados. Essas lutas localizadas, construídas cotidianamente pelos trabalhadores sem terra, tinham em comum a ocupação como forma de luta e o enfrentamento ao desenvolvimento agropecuário implantado pelo regime militar.

As primeiras ocupações de terra contaram com a atuação da Comissão Pastoral da Terra, que desenvolveu um trabalho de articulação das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo. A partir dessas ações, o MST deu sentido à palavra ocupação, vendo-a como uma forma de luta necessária para a conquista da terra.

No entanto, como nos mostra Fernandes (apud Cavalcante 2002, p.76) cada forma de ocupação vivenciada neste momento de formação do MST teve um significado histórico diferenciado. Para os índios Kaingang da Reserva indígena de Nonoai, que vinham lutando desde 1974 para recuperar seu território, a ocupação representou a expulsão de 1.800 famílias de colonos que arrendavam terras da reserva indígenas. As famílias despejadas da reserva Nonoai passaram a vagar pelos municípios do noroeste rio-grandenses, de modo que em menos de dois meses começaram a realizar as primeiras ocupações. Em 1978, alguns grupos de famílias isolados e sem nenhuma forma de organização, ocuparam as glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta (RS), e a Reserva Florestal da fazenda Sarandi em Rondinha (RS). Essas lutas marcaram o princípio histórico de gestação do MST.

Outra luta histórica decisiva para a gestação do MST foi o acampamento da Encruzilha Natalino (RS), em 1980. Esse acampamento reuniu mais de três mil sem-terra (ex-colonos do Nonoai, remanescente da gleba Brilhante, rendeiros, parceiros, agregados, peões, assalariados e filhos de pequenos proprietários), que resistiram na terra sob condições precárias, morando em barracos de lona, de capim, de madeira, de saco de cimento, enfrentando as investidas do governo, que utilizou de todos os artifícios para desfazer o acampamento e transferir as famílias para projetos de colonização no Acre, Roraima, Mato Grosso e Bahia. Por esse motivo, o acampamento da Encruzilha Natalino é considerado uma das principais referências da história do MST, pelo seu jeito de lutar contra a pressão do governo, as intimidações das brigadas militares e a violência, desenvolvendo o embrião de uma nova forma de organização social. Esse momento, para Fernandes (1999, p. 46), se constitui como espaço fundamental de resistência: “Muitas das ações de resistência construídas nessa luta foram referências principais na troca de experiências com outras lutas que aconteciam em todo o Brasil”.

Em Santa Catarina, segundo Fernandes (1999, p. 52-54), as ocupações começaram frente à farsa da peste suína africana na região de Chapecó, motivo pelo qual o governo determinou que se eliminasse todas as raças de porcos alegando uma peste que se espalhava pelo estado, com o objetivo de expropriar os pequenos produtores da região. Essa situação contribuiu para que os camponeses começassem a se mobilizar, dando início à resistência camponesa em Santa Catarina. A partir de então, surgiram quatro frentes de luta: o movimento de oposição sindical para a tomada dos sindicatos das mãos de sindicalistas pelegos, o movimento das mulheres agricultoras, o movimento dos atingidos por barragens e o movimento dos trabalhadores rurais. Esses movimentos colaboraram incentivando a ocupação da Fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê, em 1980, por cinco trabalhadores, chegando depois a reunir aproximadamente 350 famílias de sem-terra. Nessa ocupação, foi fundamental para a conquista da fazenda o apoio da CPT, que contribuiu para a organização das famílias e do MST nesse estado.

No Paraná, as ocupações foram motivadas pela luta contra a expulsão da terra, ocasionada pela construção de barragens pelo governo. A maior delas, a Usina de Itaipu causou a expropriação de milhares de famílias de oito municípios do extremo oeste do Estado. O governo prometeu pagar um preço justo pelas indenizações; contudo, após três anos, pouquíssimas famílias haviam sido

indenizadas pela perda de suas terras. Essa situação fez com que a CPT, a igreja luterana e sindicatos dos trabalhadores rurais começassem um trabalho de organização nas comunidades, dando origem em 1980 ao Movimento Justiça e Terra que tinha como principal reivindicação: *terra por terra*.

Por meio de várias mobilizações organizadas pelo movimento, as famílias atingidas pela construção da usina conquistaram dois assentamentos e o aumento do preço das indenizações. Em 1981, com a ajuda da CPT, cadastrou-se seis mil famílias expulsas da terra, que queriam lutar por terra no Paraná, formando assim o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná-MASTRO, e outros movimentos sociais localizados em diversas regiões do estado. Esse momento também deu origem à ocupação da Fazenda Anoni, em 1982, no município de Marmeleiro, no estado do Paraná, representando a primeira vitória desde o golpe militar. Em 1984, o MASTER (o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná) organiza a ocupação da fazenda Imaribo, no município de Mangueirinha, resultando na criação do assentamento Vitória da União. Essas lutas se constituíram num marco da história do MST e contribuíram para a formação do MST no estado do Paraná.

Em São Paulo, o fator que originou as ocupações ficou por conta da grilagem de terras<sup>4</sup> pelos fazendeiros. Esse processo de apropriação das terras promoveu a exploração e expulsão do posseiro, que mesmo possuindo a terra não tinha seu domínio legal, produzindo assim vários conflitos entre grileiros e posseiros.

Nesse cenário, a luta dos posseiros da Fazenda Primavera no município de Andradina, marcou a origem do MST no estado. Conforme Fernandes (1999, p. 57) as terras da Fazenda Primavera que foram adquiridas pelo processo de grilagem, vinham sendo arrendadas aos posseiros. No entanto, a partir da década de 70, o grileiro começou a expropriar os posseiros de suas roças, trazendo gado do Mato Grosso para engorda nas terras da fazenda e colocando o gado para destruir suas lavouras. Os posseiros também foram ameaçados por jagunços contratados, que chegaram a queimar casas e assassinar um posseiro. Essa situação motivou os posseiros a procurar ajuda do poder judiciário por meio da comissão de Justiça e Paz de Andradina, solicitando intervenção para evitar o conflito. Os integrantes da

---

<sup>4</sup> Ato pelo qual os fazendeiros falsificam documentos para se apossar e legalizar extensões de terras públicas. Isso acontece quando os falsificadores põem os papéis em gavetas com grilos para que eles envelheçam os documentos (STÉDILE & FERNANDES apud CAVALCANTE, 2000: 78).

comissão organizaram a CPT, possibilitando a elaboração de um espaço para reflexão sobre a luta e resistência. Assim, fortaleceram a luta e desta forma conseguiram a desapropriação da Fazenda Primavera, em 1980.

Essa conquista, conforme Fernandes (1999, p. 58), produziu novas ocupações no estado, a exemplo da ocupação do Pontal do Paranapanema (região que se originou de um grilo de mais de um milhão e cem mil hectares), sendo responsável por conflitos que causaram a morte de vários posseiros, que resistiam a esse processo de apropriação indevida das terras. Em 1983, na continuação da luta, 460 famílias ocuparam as fazenda Tucano e Rosanela no município de Teodoro Sampaio, as quais, com apoio de alguns religiosos, conseguiram que o governo desapropriasse uma área de 15.110 hectares de algumas fazendas para assentar as famílias. Essa vitória tornou-se referência para a luta e conquista de terras devolutas e griladas no Pontal do Paranapanema.

No Mato Grosso do Sul, as ocupações também foram motivadas pela prática de grilagem de terras. Segundo Fernandes (1999, p.59), após a grilagem das terras, iniciava-se o processo de formação das fazendas, quando os grileiros arrendavam as terras para os trabalhadores sem-terra para que derrubassem a mata e formasse o pasto. No entanto, depois de formadas as fazendas, acabavam os arrendamentos e os camponeses eram obrigados a migrar para outras áreas. Essa prática, além de favorecer a apropriação indevida e a exploração da mão de obra, provocou o conflito pela conquista da “terra de trabalho”.

Mediante essa situação, em 1979, os sem terra se organizaram e deram início às lutas de resistência contra essa forma de exploração e expropriação nas fazendas Entre Rios, Água Doce e Jequitibá no município de Naviraí, envolvendo em torno de 240 famílias, e na Fazenda Baunilha, no município de Itaquirá, ocupada por 800 famílias. Nessas ocupações, as famílias enfrentaram os despejos praticados pela polícia militar, ameaças de pistoleiros e assassinatos. Da ocupação da Fazenda Baunilha, surge o acampamento de Guatambu, onde durante 13 meses as famílias permaneceram cercadas de arame farpado e confinadas pela polícia que mantinha rígido controle para que ninguém entrasse ou saísse do acampamento. Isoladas e coagidas, aos poucos as famílias foram abandonando o acampamento, e as famílias que permaneceram foram removidas para projetos do governo do estado em áreas de cerrado ou terrenos cheios de areia, pedra e sem água. Sem condições de produzir e sobreviver na terra, passando fome e sofrendo com doenças, as famílias

passaram a trabalhar como diaristas e outros partiram em busca da sobrevivência nos garimpos. Essa experiência mostrou que sem organização e resistência não há conquista. A partir de então, as famílias começaram a se reunir, organizando em 1984 a ocupação da Fazenda Idalina, no município de Ivinhema. Esse assentamento foi batizado primeiro de Porto dos Sacrifícios, depois de Porto da Esperança e, por fim, de Acampamento Venceremos, representando as dificuldades enfrentadas pelos sem terra, a fome, as doenças e as ameaças policiais, antes de conseguir a desapropriação de 2500 hectares no município de Nioaque, comprada pelo governo.

As lutas relatadas foram experiências que construíram uma nova realidade no campo e significaram os primeiros momentos de formação do MST.

Em cada estado, os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para a luta e conquista da terra, tendo em comum sua forma de organização.

## **CAPÍTULO 2**

### **O COTIDIANO DO ASSENTAMENTO CHICO MENDES: HISTÓRIAS DE VIDA E DE LUTA**

Este capítulo traduz o modo que encontramos para valorizar os grupos sociais que foram silenciados ao longo da história. Os relatos aqui descritos procuram trazer no presente a memória dos entrevistados, a história de formação do Assentamento Chico Mendes, a partir da voz de cada assentado/a que, mais que isso, expuseram fragmentos de suas vidas, lutas e dificuldades vivenciadas no acampamento e, atualmente, no assentamento.

#### **2.1 A história de gestão do assentamento Chico Mendes (Fazenda Ipanema)**

A história de formação do assentamento Chico Mendes não difere muito de outros assentamentos conquistados pelos sem terra. As famílias que hoje estão assentadas construíram um processo de luta pela terra, de resistência e esperança de conquistarem seu pedaço de chão e uma vida digna. Assim, o assentamento Chico Mendes surgiu como fruto da luta e da resistência camponesa, que utilizou a ocupação de terra combinada com outras formas de luta para conseguirem sua terra, impondo por meio destas ações a realização de uma política de assentamentos rurais.

Esse processo de luta teve como ponto de partida o trabalho de base realizado pelo MST para a organização das famílias. No entanto, a decisão das famílias em participar de uma ocupação não foi uma decisão simples, pois muitos sabem que ocupar terra não é fácil, muitas são as dificuldades presentes nessa ação de traspor as cercas do latifúndio. Os despejos, o enfrentamento aos jagunços, a violência, o sofrimento e o medo figuram nesse ato de ocupar. Porém, essa tomada de decisão parte da premissa de que, somente com essa ação de ocupação do latifúndio, poderão encontrar a solução para o estado de pobreza em que vivem. Desta forma, “a organização de uma ocupação decorre da necessidade de sobrevivência. Acontece pela consciência construída na realidade em que se vive.” (FERNANDES, 1999, p.270). Assim, o processo de luta pela terra e resistência

estará traduzido nos dizeres cheios de muita emoção, coragem, indignação expostos pelos entrevistados e entrevistadas.

### **O INCRA nos apontou uma área que seria Ipanema.**

O processo de ocupação da fazenda Ipanema, se deu pelo começo da luta aqui em Mari pelo MST, mais ou menos em 1998. Foi quando Mari e Sapé estavam passando por um momento muito difícil. A cidade enchendo de tanta gente desempregada, o latifúndio estava ocupando o campo, deixando as terras improdutivas e quase não havia trabalho. Ai veio a necessidade de ir para a luta. Foi quando passou por Mari a marcha do MST de Cajazeira a João Pessoa. Eu não conhecia como era o MST, a luta do MST. Eu ouvia falar nas lutas, na reforma agrária, mas não conhecia as lutas. Ai eu convidei a dirigente do MST, a fazer mobilizações de ocupações aqui em Mari, porque Mari estava passando por um momento difícil, faltava emprego. Aliás, nesse momento eu também estava desempregado, estava numa luta difícil. Você chegar na sexta-feira e no sábado e não ver um quilo de arroz no armário, eu quando falo até me emociono. Você abrir a geladeira e não encontrar nada, abrir o armário e não encontrar nem um biscoito para dar ao seu filho, isso pesa. Foi quando abraçamos a luta e falei com a dirigente do MST. Essa marcha que passou de Cajazeira a João Pessoa passou por Mari e convidei para fazer aqui, a primeira ocupação de terra na história. Houve a ocupação, chegamos a ocupar a fazenda Soares de Oliveira. No entanto, ocorreu o despejo judicial, porque houve pressão por parte do latifundiário da Soares de Oliveira e nós desocupamos por meio da ação da polícia. Nesse meio, o INCRA nos apontou uma área que seria Ipanema, localizada no município de Riachão do Poço, próximo a Sapé. Mudamos o acampamento para lá, ocupamos e até hoje, o pessoal continua lá produzindo (...) (Luiz Trindade-Assentamento Tiradentes).

### **Não houve muito conflito, mas houve grande dificuldade.**

O processo de luta no assentamento se deu a partir da necessidade dos trabalhadores e principalmente da organização do MST, que viu a necessidade das pessoas que viviam nas periferias da cidade e foi organizando essas pessoas para ocupar as terras improdutivas. Então, nesse processo para chegarmos até aqui, foi iniciado ocupações de terra lá no município de Mari. Em Mari, a primeira ocupação que ocorreu com essas pessoas que hoje estão aqui, foi a ocupação da fazenda Soares de Oliveira, ocupou em média quarentas e cinco famílias. Então, nessa ocupação, por essas famílias com um mesmo objetivo de ter um pedaço de terra, tivemos alguns conflitos para poder chegar e conquistar sua terra. Primeiro, o conflito com o latifúndio porque foi colocado pistoleiro, capanga mesmo para tirar o pessoal da área. Então, diante disso e desses conflitos, mesmo resistindo em poucos dias, acho que antes de dois meses, essas pessoas foram despejadas da terra e ficaram mais de meses na beira da BR, esperando o momento de poder conquistar seu espaço. Nesse período, os fazendeiros encheram a fazenda de gado, botaram carradas e carradas de gado para garantir que a terra estava produtiva. Essas famílias, na qual eu

também fazia parte, não tiveram mais a chance de ocupar a mesma fazenda. Então, esse momento que passamos na beira da BR, a gente foi se organizando enquanto movimento sem terra e nessa organização, a gente foi vendo outras áreas para ocupar, foi daí que surgiu essa área aqui. Nesse período foi se somando mais pessoas, em vez de diminuir, foi se somando e foi realizada a ocupação dessa área, que era uma área abandonada pelo proprietário, uma área improdutiva, viemos para cá com mais ou menos umas cento e trinta famílias, e foi chegando mais. Essa ocupação aqui foi uma ocupação pacífica, não houve muito conflito, mas houve grandes dificuldades, montamos as barracas e ficamos esperando o momento de chegarmos a ter a certeza que iríamos conquistar essa área aqui (Paulinha- Assentamento Chico Mendes).

## **O homem abriu das mãos**

(...) Depois que viemos para aqui não houve mais conflito, porque o homem abriu das mãos e nós ficamos por aqui nessa área sempre lutando e batalhando. E hoje a situação está melhor, porque já está com treze anos de assentamento ou mais. E a gente lutando aqui e batalhando. Mas graças a Deus, nosso assentamento está de parabéns, porque estamos trabalhando na agricultura, a agricultura tem ano que dá e tem ano que não dá, porque você sabe que a agricultura sempre é fraca, mas vamos atravessando. E a respeito do assentamento, para mim está bom, graças a Deus vem sendo ótimo, porque eu não morava em nada meu e considero como quase meu, porque estamos aqui em terra emprestada, porque isso não é da gente. Porque sabemos que podemos ser donos um dia, mas agora, por enquanto, não temos a certeza. Temos sim, porque estamos zelando pelo patrimônio, zelando pelo que é da gente, criando uns bichinhos e dá para a gente ir vivendo, mas a vida sempre continua assim, num barco (Alfredo- Assentamento Chico Mendes).

## **Meu pai era rendeiro**

Eu me inseri aqui após a fazenda ser ocupada, isso em outubro a dezembro de 1998, não sei exatamente a data, até porque eu não participei da ocupação em si. Então assim, o pessoal veio de lá para cá e ocuparam aqui a propriedade. Como meu pai era rendeiro na época, ele não era um rendeiro como os outros, que tinham muitos hectares de terra, inclusive a área que ele tinha aqui era meio hectare de terra e lá no final da terra, lá num canto em que quase ninguém queria mais. Mas o único recurso que ele tinha era arrendar aquela parte, então ele arrendou e na hora que chegou o acampamento aqui e que foi ocupada a área, a gente trabalhava como rendeiro. Então a primeira coisa que eu fiz na época foi dizer a ele “vamos lá!” Ele já, digamos, sem esperança nenhuma de ter vivido, de ter trabalhado, de ter tentado conquistar as coisas e nunca teve oportunidade. Então ele não estava com muito ânimo, digamos assim, para participar desse processo de luta, mas aí eu insisti com ele, mesmo na época sendo menor de idade, tinha na época dezesseis anos. Mas eu insisti e ele veio e deu o nome dele e eu fiquei aqui participando de todas as lutas que havia durante o período de acampamento (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes)

## **2.2 O dia a dia no acampamento: momento de uma grande escola**

As ocupações de terra inauguram um novo espaço de luta que é o acampamento. Debaixo da lona preta, expostas à chuva, ao frio, ao calor e à fome, as famílias são mobilizadas e se organizam para reivindicarem a terra ocupada e negociar com o estado o assentamento das famílias.

No dia a dia do acampamento, as famílias aprendem a se organizar coletivamente, para garantir o acampamento e resistir na terra ocupada até que todas as famílias sejam assentadas. Desta maneira, o acampamento é o momento de uma grande escola, na qual os sem terra criam as condições básicas para a manutenção das suas necessidades e onde estão presentes as maiores expressões de solidariedade e união.

### **Não estava cada um por si, era uma única família.**

O dia a dia no acampamento foi um momento muito difícil, para as pessoas que chegaram a ocupar essa área aqui. Primeiro por que chegamos num período muito seco, onde até o açude grande estava secando, era final de noventa e oito. E assim, a forma de sobrevivência aqui ficou muito difícil, a gente não tinha nem como plantar porque não era tempo de plantio. Para as pessoas sobreviverem aqui foi preciso se organizar em geral e viver de pedágios, campanhas de alimentos, de cesta básica que não era de governo, cesta básica que a gente saía nas ruas pedindo. Várias vezes eram necessárias, a gente ir para a beira da BR fazer pedágios e nesse recurso quando conseguia, comprávamos alimentos e dividíamos para todo mundo. A forma de organização aqui era interessante, porque não estava cada um por si, era uma única família, que estava todo mundo preocupado com todos. A gente tinha que dividir tudo e quando tinha que buscar alimentos tinha que ir todos. E para garantir isso aqui foi muito difícil, porque não existia só a dificuldade da alimentação, mas existia também a dificuldade de se organizar. Porque é diferente de você ser de uma família e passar a conviver na comunidade para garantir aquela organização no geral, porque cada um pensa diferente, não sabe como buscar para todos. O povo não está preparado para viver isso. Mas o bom que, principalmente na organização do MST, o momento de organização foi um momento de uma grande escola, porque ensinou a todo mundo a se organizar coletivamente, a precisar internamente. Debaixo das lonas no acampamento mesmo, a gente tinha sempre momentos de reunião, de divisão de tarefas. No acampamento, a gente tinha setores de tudo, setor de segurança, setor de alimentação, de produção. Então tinha equipe para tudo, equipe para pensar desde a produção, desde a alimentação, a questão da finança quando entrava recurso, como tinha que dividir, desde a questão da segurança do acampamento no momento, porque a gente tinha que estar sempre em alerta. Porque no acampamento a gente vai encontrar várias barreiras, principalmente encontrar momentos de surpresas, de ataques, até mesmo do latifúndio. Mas a gente conseguia garantir isso,

vigilância no assentamento. Então isso foi uma grande escola na prática, não era preciso as pessoas estarem na escola no dia a dia para aprenderem, que a prática estava nos ensinando. Isso foi muito interessante do tempo do acampamento até chegar esse momento hoje. E nessas dificuldades eu, por exemplo, nunca pedi, na minha vida. Assim, nunca fui pessoa de ter coragem de pedir. E no acampamento, no movimento eu aprendi a pedir, não para mim, mas para os outros. Eu aprendi a ter coragem de pedir, aprendi a ter coragem de ocupar terra, que eu não sabia que eu tinha coragem, de enfrentar pistoleiros, enfrentar capangas, que eu não sabia que tinha essa coragem. Mas assim, como um velho amigo, que um dia perguntou, se para ele esta no acampamento, hoje ele não se encontra com a gente mais... Um dia ele perguntou pra um dos militantes : *“se eu for para o acampamento é garantido eu não morrer pelos enfrentamentos dos capangas e tudo mais”*, por que ocupar terra não é fácil. E essa pessoa respondeu para ele: *“bem a gente não vai garantir nada, mas é melhor morrer lutando do que morrer de fome.”* Então isso, até muito antes de ele ir embora, ele lembrava isso para a gente. O acampamento durou mais de ano, ocupamos no final de 1998 e quando foi no final de 1999, recebemos a emissão de posse dessa terra. Fizemos uma grande festa, em homenagem a esse momento. A gente recebeu essa notícia no dia 25 de dezembro e comemorou, fizemos uma grande festa, até na rádio colocamos. Hoje o assentamento tem uma organicidade diferente de qualquer comunidade fora. Por exemplo, quando era acampamento, começamos a organizar as famílias por núcleos de famílias ou grupos de famílias. Esses núcleos era que facilitava as discussões de organicidade do assentamento, e hoje ainda permanecemos com os núcleos de famílias. Muita coisa mudou, quando deixamos de trabalhar na terra coletivamente, porque a gente realizava mutirões e roçados grandes, na época do acampamento e deixamos de realizar isso. Depois da divisão da terra, passou a ser cada um no seu pedaço de terra, deixou de ter essa visão mais coletiva, mas mesmo assim continuamos trabalhando os núcleos de famílias. (Paulinha-Assentamento Chico Mendes).

## **Havia uma grande necessidade em termos de alimentação**

O acampamento durou de início de outubro até dezembro de 1999, foi quando no dia vinte e três de dezembro de 1999 saiu a desapropriação, a chamada emissão de posse, aonde o INCRA emite uma emissão de posse e os agricultores tem a tranquilidade de produzir e desenvolver nessa área. Então levou em torno de um ano de acampamento. Nós, como sempre, todas as famílias carentes, havia uma grande necessidade em termos de alimentação. Até mesmo porque a produção era meio incerta, digamos assim, por conta de que a área ainda não era desapropriada nesse período de um ano. E se a gente for ver, o pessoal chegou aqui de outubro a dezembro de noventa e oito, e esse período ainda é o período de preparar o roçado; então você só vai ter produção mesmo, a partir de junho de noventa e nove. Então assim, é quando a coisa começa a mudar e dá outra aparência. Mas, até então, a gente tinha que fazer pedágios, ir para a BR com o pessoal e pedir dinheiro nas rodovias para comprar alimentação. Aqui não existia energia elétrica na época que foi ocupada. O acampamento para ter energia, negociou uma dívida com a CEDAL, a cooperativa de energia que comandava a energia daqui, fez uma negociação e parcelou essa dívida de mais de cinco mil reais. Então assim, tivemos que lutar muito para poder pagar essa energia e manter a energia no acampamento. Até o período em que houve a transferência disso, porque até então a gente

pagava uma conta só e depois veio a ENERGISA e instalou em cada casa o seu medidor e começou cobrar individualmente. Sofremos muito para legalizar essa energia e manter consumindo. E assim, a alimentação era como já disse, muito difícil, a gente tinha muita dificuldade de alimentação. Mas, além dos pedágios, também fizemos muitas campanhas de alimentação nas feiras, onde a gente, junto com o pessoal, pedia e o pessoal juntava tudo e dividia quando chegava ao acampamento. Muitas vezes dava um total insignificante, porque se você for ver dois ou três fubás para uma casa de família com cinco pessoas, isso é insignificante. Aí você passa um período de meio dia numa cidade, na feira livre pedindo e quando você volta, volta com três fubás, então só vai dar praticamente uma ou duas refeições, no máximo. Além disso, a gente também fazia as negociações com as prefeituras, mandávamos um ofício para a prefeitura solicitando alimentação e, a partir daquele ofício se não fosse atendido, isso também a nossa organização, no caso o MST, que é cada um de nós, tinha isso muito claro. Mandou o ofício, foi lá, o prefeito não quis atender porque não quis mesmo, então o pessoal se juntava e ocupava a prefeitura até sair com resultado. Teve casos em que nós fomos atendidos rápido, mas teve casos em que passamos até oito dias na prefeitura. Inclusive passamos oito dias em uma prefeitura, que foi a prefeitura de Mari, na época da prefeita Vera Pontes e quando eu voltei de lá quase que eu morro, porque deu um problema nos meus ouvidos, mas eu consegui ir num médico e estou aqui hoje graças a Deus. (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes).

### **2.3 A luta pela permanência na terra conquistada e as estratégias de organização: dificuldades e desafios**

Os sem terra não lutam só pela terra, mas por todas as condições básicas de existência. Assim, a conquista do assentamento é parte da luta, uma vez que depois de conquistada a terra, a luta se desdobra em novas frentes que reivindicam crédito, escola, moradia, saúde etc. Os assentados precisam agora organizar o assentamento, tanto na parte produtiva como na parte social, desenvolvendo estratégias para a permanência na terra conquistada.

Nesse cenário, a união, a solidariedade, a resistência e a cooperação que guiaram e fortaleceram os sem terra, enquanto acampados, precisam permanecer presentes no assentamento. Quando assentados procuram se reunir e debater as questões e dificuldades do assentamento nos núcleos de famílias ou as chamadas brigadas, presente desde o acampamento. Essa forma de organização muitas vezes bate de frente com a visão individualista, fruto ainda de uma lógica presente na vivência das fazendas, incorporada pela visão patronal e que em muito influencia na organização e participação no assentamento. Deixemos que os assentados nos revelem tais dificuldades.

## A maior dificuldade é a gente manter o assentamento organizado

As dificuldades vividas no assentamento são muitas. Porque quando se faz uma ocupação o primeiro objetivo, que é o objetivo de todos ali é conquistar a terra. Aí a gente imagina que depois de ter a terra está tudo ok. Mas não é! O problema vem depois. A maior dificuldade é a gente manter o assentamento organizado. Eu digo, mas como organizado? Cada um não tem sua família? Sabemos que todo mundo tem sua família. Mas assim, nessa organização a gente precisa ter regras, ter limites e respeitar o espaço de todo mundo. A respeitar o espaço individual e o espaço coletivo, o espaço que é seu, na sua casa, na sua família e o espaço que é do assentamento. E quando éramos acampamento a gente tinha segurança, no assentamento deixou de ter essa segurança. Só temos segurança no assentamento quando há uma grande necessidade, como já aconteceu aqui de mantermos vigia no assentamento. E essa grande dificuldade ainda é exatamente isso, a falta de segurança. Porque a gente foi evoluindo. Antigamente as pessoas do campo viviam numa situação muito precária, muito mais precária do que existe hoje. Porque a terra, a forma de sobrevivência, era difícil. E hoje as pessoas começaram a se organizar melhor, a se vestir melhor, a tentar buscar uma qualidade de vida melhor. Então isso aconteceu, mas a questão da segurança no assentamento a gente acredita que não. Por exemplo, teve momentos aqui no assentamento que o pessoal vinha assaltar e nós não tínhamos segurança policial, então todo mundo teve que ser vigia de todo mundo. A gente teve que manter a guarda no assentamento, teve noite de ter grupos de pessoas acordados para vigiar todas as casas, todo o assentamento, porque poderia ser qualquer um. E a gente tem essa dificuldade de segurança e tem essa dificuldade ainda nessa questão do individualismo, que é muito impregnado. Porque a gente poderia no assentamento conseguir ter uma visão do todo, mas muitas pessoas ainda veem só o seu núcleo. E nesse núcleo um prejudica o outro. Por exemplo, tem pessoas que criam gado e solta em todos os pastos. Então essas pessoas não tem uma visão mais social de que o seu trabalho ali pode prejudicar o outro. Pessoas que tem mais individualidade, que tem que chamar a atenção, porque pode prejudicar a comunidade, e isso é uma das dificuldades que a gente vem mantendo. Mas, diante dessas dificuldades todas, desde essas pessoas que atrapalham em todo canto, no processo do outro, em casos de discussão de lotes de pessoas que invadem terras de outro; teve casos, que foram até para a polícia. Mas, a forma de lidarmos com isso é discutir lá nos núcleos de famílias os problemas internos. Temos normas no assentamento e assim, o que é que pode e o que é que não pode. Você mora no assentamento, você tem o seu lote, pode produzir, mas no assentamento no geral você tem que ter alguns cuidados, porque ali não só mora você. Você não pode criar de todo jeito, não pode destruir lavoura de ninguém, não pode invadir o lote de outro. Então, existem regras para dentro do assentamento, o que é que pode ser e o que é que não pode. E quem pode penalizar são os núcleos de famílias, que discutem tudo, menos julgar o lado pessoal, que é de cada um. Mas, quando está atingindo a comunidade é melhor discutir. Então, dentro da avaliação daquela pessoa que esta prejudicando, chamamos a atenção e vai para os grupos de família avaliar o que ele que está fazendo. É avaliado por todo mundo, o pessoal decide o que é que tem que ser feito e se for o caso chamamos aquela pessoa a atenção e damos um prazo para ele se organizar. Em outro momento extremo, a questão de chamar o INCRA se for o caso do lote. E quando não se tem solução como, por exemplo, aqui no assentamento aconteceu o caso de pessoas que estavam envolvidas com roubos e foi descoberto pela comunidade, então foi colocado para a delegacia para decidir lá, mas quem decidiu tirar do assentamento foi a comunidade. A comunidade decidiu que

essas pessoas não moravam mais no assentamento. Não íamos esperar que a polícia, o juiz fosse decidir que essa pessoa ia conviver, mesmo tendo a casa e a família, porque essa pessoa não era digna de viver na comunidade e foi expulsa do assentamento. Então, tem casos e casos, e sentimos algumas dificuldades para conviver com uma comunidade grande, com 120 famílias, mas a gente se senta para discutir as dificuldades e buscar solução com todo mundo junto lá nos núcleos de famílias. (Paulinha-Assentamento Chico Mendes).

## **O individualismo é o carro chefe, mas há também outros pensamentos que acabam prejudicando.**

Digamos que, a primeira maior dificuldade e a mais extrema é a questão do individualismo. O pensamento capitalista miserável de que eu sozinho posso me desenvolver e ser alguém na vida, que não preciso de mais ninguém, esse pensamento individualista é um pensamento que nos destrói. Mas, no entanto, nós ainda conseguimos superar isso, a partir das conquistas que o assentamento tem. Boa parte do pessoal tem ainda o pensamento de luta e que ainda se organiza, seja através das reuniões de núcleos de famílias constituídos por dez núcleos de famílias no assentamento, cinco em uma agrovila e cinco na outra. E esses núcleos tem uma agenda de reuniões, uma vez por mês e essa agenda foi motivada e esta sendo acompanhada sempre por dirigentes do MST. Porque o movimento tem essa ideologia de reunir o pessoal e de debater as questões e colocar a situação às claras para todo mundo. A necessidade de manter isso, inclusive é a de obter conquistas. A gente diz o seguinte: “sem povo não haverá luta e sem luta não haverá conquista”. Então, dentro dessa ideologia, temos esses núcleos de família organizada, como já disse se reúnem uma vez por mês para discutir problemas do assentamento e tentar saná-los. O individualismo é o carro chefe, mas a também outros pensamentos que acabam prejudicando. A falta de participação nas reuniões dos próprios núcleos, cada núcleo tem em torno de dez a quinze famílias e acaba tendo núcleo que não chega à maioria do povo e por isso que não tem a reunião do núcleo. Isso não é uma coisa que acontece com todos os grupos, mas acontece sempre em alguns núcleos, de faltar pessoas em quantidade que não dá para acontecer à reunião do núcleo e isso também é uma falta de participação, uma falta de compromisso por parte do assentado. Eu tenho um compromisso que costumo dizer sempre, que é sagrado, todo primeiro domingo do mês às dez horas da manhã tenho reunião do meu núcleo. Então, assim, só se for um caso muito extremo para eu não poder participar da reunião, mas tenho isso como compromisso. Então, se todos tivessem esse pensamento, não iria ter problema em discutir os problemas do assentamento e saná-los, porque todos estariam presentes, dando opiniões e sugerindo propostas boas que dessem resultados positivos. A falta de crédito para produção. Isso também é um empecilho no sentido de produção, mas como os projetos são de forma muito inadequada ou digamos, são de forma que faz com que o assentado se torne um obrigado a fazer do jeito que é o projeto. Então, isso é uma questão que nos deixa ainda a dizer que, se não tivesse o projeto poderia até ser a mesma coisa. Então acaba a gente necessitando, se houvesse esse pensamento de realmente ter projetos que fossem valorosos e de desenvolvimento. Outra questão, que segue a isso, é a falta de água. No caso da produção, temos a falta de água para irrigação, por exemplo, então isso o governo ainda não pensou. A gente até cobra e diz a ele que

precisamos assim, mas às vezes o governo manda o contrário. Por que manda um PRONAF da vida que você melhora, mas não melhora de forma significativa, para você ter uma vida digna. Não melhora, é só de sobrevivência mesmo. (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes).

### **Tudo isso mais por causa da desorganização**

As dificuldades no nosso assentamento são muitas, problemas de água, problema de energia. A energia da gente não é boa, porque temos essas redes de quando a gente fez a religação da energia, porque não tinha energia e os homens prometeram fazer novas instalações e nunca fizeram a troca. Já houve problemas no assentamento de muitos terem os aparelhos queimados, perderem sons, geladeira a respeito da energia. O outro problema é a água, que a gente tem água mas não é favorável, tem melhorado uns dias desses para cá, depois que fizeram as cisternas e facilitou mais a barra. Temos água encanada, mas a água encanada da gente é um problema sério, porque a bomba fica dando problema, acontece uma coisa, acontece outra. Dificuldade de transporte, as estradas que não são boas, a gente já têm batalhado para ver se as coisas melhoram, para consertar as estradas para termos uma facilidade, mas tudo fica difícil. A organização é como a gente sempre diz, trabalhamos mais em cima da organização para termos uma organização melhor no nosso assentamento, mas vemos as coisas meio devagar, por causa do pessoal que não chega a se unir para ter as coisas. Tudo isso mais por causa da desorganização. (Alfredo-Assentamento Chico Mendes).

### **A luta é muito importante, mas às vezes as pessoas se acomodam.**

Na medida em que as pessoas passam a ser assentados, e importante a luta, seja acampamento ou assentamento. Mas, na medida em que as pessoas conquistam o assentamento há uma acomodação, porque as pessoas acham que já tem a terra, já tem a casa. A luta é muito importante, mas às vezes as pessoas se acomodam. Então, a dificuldade é essa, porque quando é acampamento é mais um espírito de luta e quando passa a ser assentamento é mais difícil. Porque sabemos que só ser assentamento não basta, temos que lutar por escola, por educação, por recursos hídricos, lutar por saúde, lutar por tudo. E mesmo quem é assentamento sabe como é importante a fase de luta. (Luís Trindade-Assentamento Tiradentes).

## **2.4 Perspectivas, sonhos e desejos do assentamento Chico Mendes.**

Na luta pelo acesso à terra, os/as trabalhadores/as rurais alimentam o sonho de poder ter seu pedaço de chão, onde possam viver e trabalhar com sua família.

(MORISSAWA, 2001 p.227). Desejam assim, uma vida digna, tendo na terra a garantia de produzir para sua sustentabilidade e comércio.

O assentamento representa um espaço de vida e de reprodução da família, capaz de promover condições de sobrevivência para as famílias assentadas. No entanto, esse espaço representa também um lugar de desafios, que requerem que os trabalhadores se organizem para melhorar a produção, lutar por melhores preços na comercialização, por educação, por saúde, transporte, lazer, créditos, investimento etc.

Contudo, as experiências construídas pelos assentados deixam lições para a superação desses e de outros desafios e criam perspectivas e sonhos para o assentamento Chico Mendes.

**Eu acredito que não é preciso sair do campo, quem vai tirar esse “pé da lama” são as mulheres.**

O que é que precisa melhorar? Acho que precisa de muitas coisas ainda. Primeiro, a gente está começando a organizar, uma das coisas é a produção. Porque quando as pessoas têm na terra a garantia de produzir, tanto para a sustentabilidade como para garantir o comércio da sua produção, sua vida é mais digna, não é necessário saírem do campo e irem para a cidade. Então, uma das coisas é garantir a melhoria da produção e da comercialização. A outra coisa que eu vejo com grande necessidade e que eu me preocupo muito é garantir, ou melhor, se preocupar com a juventude. Eu sempre digo que mente vazia é espaço para coisas ruins. E os jovens do campo de hoje vivem numa sociedade que está o tempo todo dizendo coisas maravilhosas do mundo e essas maravilhas do mundo, não são totalmente maravilhas. Os jovens do campo se sentem influenciados por estas coisas. Por que eles que estão no campo, estão contribuindo com os pais, ajudando a criar um animal, estão ainda ajudando numa plantação. Mas eles estão cobrando isso, porque a sociedade está colocando que é muito melhor ter um telefone. O meu menino mesmo, ele quer a tecnologia, quer coisas novas, então assim, para ele no campo não vai valer a pena ficar. Então, eu acho que é necessário investir mais nos jovens, não só na questão da educação. Porque, infelizmente eu tenho uma visão diferente da questão da educação da cidade para o campo. Porque eu até mesmo dentro da universidade observava que, a universidade ensina as pessoas para cada vez mais ir para a cidade, não voltar mais para o campo. Eu mesmo, se fosse outra pessoa não estava mais nem aí para o campo, tinha ido buscar outro rumo. Então, imagine o jovem de hoje no campo. A minha preocupação hoje é a seguinte. É porque eles estão deixando o gosto pelo estudo, porque para eles estarem no campo, alguns acham que para ser agricultor não precisam estudar, alguns ainda têm essa visão e outros não ter perspectiva de vida. E nessa falta de perspectiva de vida dos jovens, a maioria dos jovens hoje, estou dizendo aqui para o campo, o que é que eu vejo. As meninas adolescentes de hoje só pensam em namorar e arrumar filho logo cedo e não montam uma estrutura familiar. Elas não pensam

nessa perspectiva de dizer “eu vou estudar e vou ter um objetivo para mim”. Então, fico pensando o tempo todo, o que é que eu posso fazer para ajudar o jovem aqui do campo, para eles não abandonarem o campo e terem perspectiva de vida aqui. Até hoje eu não consigo encontrar totalmente. Buscando ainda essa questão do jovem é pensar na cultura, envolver esses jovens em cultura. Não nessa cultura da sociedade que está aí imposta mesmo, é “aí se eu te pego e não sei o que mais”. Mas assim, valorizar a cultura do campo, a cultura popular. O jovem de hoje não escuta Luís Gonzaga, não gosta de forro pé-de-serra e isso é difícil trabalhar, mas acho que não é impossível. Se tivéssemos pessoas mais interessadas, não só aqui, mas no município, na escola, interessadas a trabalhar a questão dos valores culturais, eu acho que melhoraria muito. Porque às vezes a culpa não é nossa, está direto na nossa casa, a gente liga a tv, liga o rádio e tudo o que escuta é bagaceira da vida. Essa cultura que não valoriza o ser humano, essa maneira também ajuda para que os jovens se desvalorizem cada vez mais. E pensarmos hoje no campo um diferencial é muito difícil mesmo. Porque hoje a gente acaba encontrando no assentamento, na zona rural o jovem sendo “agroboy”, eu digo que é a mistura de boy com agricultor. É tem jovens no campo que não tem perfil, não digo perfil de quem tem que ser um jeca. Não! Mas se valorizar como ser humano, tanto as meninas como os meninos. Eu digo isso, porque tenho e acompanho um grupo de jovens e nesse grupo de jovens eu vejo, observo as conversas, trabalho isso. E nesse trabalhar sou questionada até mesmo pelos adultos, porque o pessoal diz que eu dou murro em ponta de faca, que o jovem não tem cabeça para nada. Mas, acredito e fico pensando em mudar isso, claro que sozinha não vou fazer nada. Outra coisa que vejo, que estou pensando em investir muito nisso, é nas mulheres. Porque digo nas mulheres? Eu vou dizer certo. Quando foi formado o assentamento a primeira coisa na instituição que o governo faz é o cadastramento e coloca como titular a mulher, mas quando vai ter projeto é o homem que pensa. Não estou falando só desse assentamento é em qualquer assentamento. Nesse assentamento, a maioria das pessoas tiraram crédito de investimento, mas se você perguntar, “mas Paula as pessoas vivem bem em relação ao crédito investimento”, eu digo que não. Porque a maioria das pessoas estão endividadas, o investimento que foi feito foi pensando neles e não na família. O próprio investimento que é um investimento da família, o PRONAF, deveria ser tirado pensando na família. Mas não, muitos homens tiraram pensando neles, eu vou comprar gado, fazer a feira, plantar isso, vou fazer isso, ele não pensou na família. Então, você vê que, o crédito que saiu de dois mil reais a dezesseis mil reais, não vou culpar totalmente as famílias, mas teve todo um processo que veio errado para dar errado. Mas assim, essas pessoas que investiram sem pensar no futuro, estão endividados sem poder pagar no banco, não tem o recurso que foi investido e não tem lugar de investir, não tem o carneiro ou o gado que investiu, a produção. Não estou dizendo que cem por cento está assim, mas uma boa parte está endividada sem ter condições de pagar o banco com aquele dinheiro que foi investido. E aí, quando digo que acredito na mudança pela mulher, é porque um grupo de mulheres no coletivo veio a contribuir com a família. E nesse processo, eu vejo que é capaz de ajudar outras pessoas, outros grupos de mulheres, onde juntas podem se ajudar, por que sozinhas elas não podem, vão viver com grandes dificuldades, mas juntas vão se ajudar e vão melhorar a condição de vida não só delas, mas do filho, do marido. E que o assentamento teve um processo de estar com o “pé da lama” como dizem, que as pessoas tiraram investimento e estão endividadas. Eu acredito que quem vai tirar esse “pé da lama” são as mulheres. Porque digo isso, porque as mulheres não precisaram de nenhum projeto de investimento que fosse endividá-las, para mostrar que seriam capazes de buscar investimento para casa. Então, hoje estamos conseguindo alguns projetos de investimento para as mulheres, mas ainda quando afundo permite. Mas, onde tinha mulheres se organizando, que

acreditaram que juntas poderiam ajudar umas às outras e que começou a trazer renda para dentro de casa. Então, eu acredito muito no trabalho das mulheres, não estou falando só porque sou mulher, estou falando porque elas têm um olhar mais diferenciado. Agora muitas não acreditam nelas mesmas, encontram essa grande dificuldade e eu entendo porque elas não acreditam nelas mesmas. Porque vêm de uma sociedade muito machista de que quem pode coordenar, quem pode fazer acontecer é o homem, infelizmente. Por isso que eu entendo, o porquê que elas não acreditam na capacidade delas próprias. E assim, elas que conseguem cuidar dos filhos, cuidar da casa, ir para a roça, elas são capazes de juntas buscarem outro meio de vida e melhorar o assentamento, melhorar as condições de vida. É nesses grupos que discutimos não só condições de vida, mas essa questão mais social no geral. Porque a mulher, ela também tem que esta informada dos seus direitos, tem que buscar mais informação, aprender uma com a outra, então isso é importante. (Paulinha-Assentamento Chico Mendes).

### **Precisamos que nossos governantes mudem o jeito de ver as coisas**

É preciso melhorar a forma de o governo olhar para as áreas de assentamento, especificamente o assentamento Chico Mendes. A questão de rodagem para o escoamento da produção, a questão como já disse anteriormente, de visar como produzir. Hoje nós temos uma produção que é muito capenga, digamos assim, por falta de água para irrigação para ter uma produção permanente. A gente produz seis meses, então os outros seis meses, ficamos, se não tiver bastante estratégia, a ver navios, comendo o que arrumou nesses seis meses. Então, isso é uma questão que precisa melhorar, para que as famílias tenham realmente uma vida digna, é o que mais se espera. Então assim, ou o governo vê as desapropriações de terra que não são reforma agrária, (nós no Brasil não temos reforma agrária, nós temos desapropriações de terras que é o caso de Chico Mendes e de outros assentamentos que existe), ou o governo começa a ver com importância ou a coisa não vai fluir, vai ficar nessa. O camarada arruma o que comer para sobreviver e tchau. Então assim, precisamos de outra visão do governo. Agora, tanto o governo federal, que é o maior responsável pelas áreas de assentamento, como o governo estadual, e também os governos municipais, porque que cada um tem uma competência dentro dos assentamentos, então se não tiver uma visão desses três poderes, a coisa não flui. Porque já houve casos que a gente, para melhorar a estrada, dependia de um convênio entre a prefeitura e o INCRA, no entanto, a prefeitura bateu o pé e não fez o convênio. Então fizemos a melhoria da estrada, que não foi lá essas coisas, mas foi uma melhoria. Fizemos dentro do assentamento e os três quilômetros que tem para passar fora do assentamento, como é que chegamos lá na cidade, como é que a gente vai se movimentar? Então assim, é bastante complexa essa questão. Precisamos que nossos governantes mudem o jeito de ver as coisas e deixem de ser corruptos, não posso esquecer-me disso (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes).

### **As coisas andam devagar em defesa para o nosso assentamento**

(...) E hoje nós temos uma turma de jovens aqui que pediu um campo, esta aí as condições do campo que nós temos hoje, está dentro do mato,

começaram e não findaram. Então os jovens chegam e ficam reclamando: é por que hoje a direção não procura. E justo, mas a direção procura, mas às vezes não chega à realidade. Hoje nós temos ai um local de um posto, que a prefeitura pediu um local para a construção do posto, nós demos. E esta ali o local, até hoje o nosso posto nunca foi feito. Eu não estou aqui para queimar nem a nem b, mas as coisas andam devagar em defesa para o nosso assentamento, o que eu posso disser é isso. Podia melhorar, no entanto, devido à desorganização da gente dentro do próprio assentamento e de alguém que tem o poder lá fora e poder colaborar bem com a gente, pode ser que as coisas melhorem no dia a dia e a gente pode até ter coisa de mais futuro, mais condição. (Alfredo-Assentamento Chico Mendes).

## **2.5 O trabalho do MST no assentamento**

Nesse cenário de luta e resistência vivido pelos trabalhadores e trabalhadoras que hoje se encontram assentados em Chico Mendes, foi de fundamental importância o trabalho do MST para a organização, o desenvolvimento da luta e conquista da terra. O MST representa, para essas famílias, o movimento que aglutina todos aqueles que foram excluídos do direito à terra e veem a possibilidade de retorno a terra e o resgate da vida e do trabalho no campo.

### **Foi o MST que me fez ter coragem de lutar**

Olhe, eu avalio de grande importância, porque o MST para mim foi e é uma grande escola, que está sempre em formação e de construção para o ser humano. E hoje eu sou o que sou pela oportunidade que o MST me propôs. Eu como uma simples agricultora, eu nunca tive condições de ir para uma universidade, de estudar, e o MST me proporcionou isso, mostrando que eu seria capaz de buscar tudo isso, mesmo sendo uma agricultora, mesmo sendo uma sem terra. E assim, hoje eu vejo que o MST, esse movimento dos trabalhadores sem terra, ele fortaleceu demais a luta pela reforma agrária no nosso país. No assentamento hoje, não acredito ainda que qualquer assentamento que foi acompanhado, se ele deixar de ser acompanhado pelo MST, ele não é mais o mesmo, ele não passa a ter a mesma razão. Porque tudo isso que eu estava colocando de organização, de ocupar uma terra que não é fácil e se organizar nela que também não é fácil, porque ali não vai estar só uma família, mas várias famílias, e garantir a organicidade ali não é fácil. O MST conseguiu organizar o povo, formar o povo, e não foi ninguém lá fora, não foi um deputado, não foi um prefeito, não foi um vereador, não foi ninguém lá fora que veio ajudar o povo a se organizar. Mas, foi o povo que teve que ser a própria liderança, foi o povo que teve que ser ele próprio o patrão, o empregado, ser o agricultor, o formador. Ele teve que ser tudo ali, ele teve que aprender a ser tudo e quem fez essa ajuda toda foi o MST, essa organização chamada MST. Ele ensinou o povo a conduzir e hoje temos essa forma de organicidade do

assentamento a partir de lá da ocupação, a organicidade pelos núcleos de família que existe até hoje, até formar uma diretoria, uma cooperativa e uma associação. E a gente se organizou nos núcleos, a partir da luta pelo MST. E hoje somos acompanhados pelo MST, não acompanhado internamente como era antes pelo MST. Mas assim, tivemos uma boa parcela de contribuição do MST e que hoje somos assentados. Podemos dizer assim, temos uma vida melhor, mais digna, não totalmente, mais pela força do MST por essa grande família sem terra, essa grande organização. E aí se eu for falar do MST, eu diria que o MST foi e é a única organização que pensou no mais humilde, nas pessoas que estão excluídas da sociedade e que pensou de uma maneira mais diferenciada. Porque nenhuma outra forma de organização iria pensar nos excluídos desta maneira. Por que a sociedade pede cada vez mais que estejam desorganizadas, principalmente nessa visão política partidária, porque quanto mais o povo estiver desorganizado, melhor é, por que ele é mais fácil de ser manipulado. E esse movimento dos trabalhadores rurais ensinou as pessoas a se valorizarem, eu diria, ter uma visão mais crítica da sociedade, a enxergar não só por uma direção, mas enxergar de diversas maneiras. Claro que eu diria que hoje aqui no assentamento as pessoas não conseguem enxergar, ter a visão do MST como eu tenho. Eu digo dessa maneira, porque convivi mais de perto, faço parte do MST, apesar de não viver mais em luta, contribuindo na organização do movimento, mas continuo contribuindo da minha maneira. E aí pode passar o que passar, mas eu não diria nunca que, esta organização não seria a coisa que foi mais importante pra essas pessoas que estavam excluídas e que conseguiram buscar um horizonte a enxergar, capaz de lutar. Eu digo sinceramente aqui nesse município mesmo, foi o MST que me fez ter coragem de lutar, de ir numa prefeitura, de ocupar, de reivindicar os direitos, de saber quais são os direitos e deveres dos trabalhadores. Que conseguimos enxergar muito mais do que o seu próprio umbigo. (Paulinha-Assentamento Chico Mendes).

## **O que nos temos hoje é graças ao MST**

Como é que eu vejo o trabalho do MST dentro do assentamento? Digamos que fundamental e de total importância, até mesmo porque o MST é o fundador do assentamento. Sem o MST não haveria assentamento Chico Mendes. Se o próprio MST é o criador do assentamento daí já vem a tal importância. E hoje como sempre, o MST tem continuidade no seu trabalho, a não ser que a própria comunidade comece a enxergar diferente e não dê importância ao que é a ideologia do movimento. Que uma das ideologias do movimento é de que o povo precisa se manter organizado, povo desorganizado é nada. O que nós temos hoje é graças ao MST, que somos cada um de nós. Mas, há uma diferença em certos casos. Porque todo o assentado, ele é o MST, ele faz parte do MST, mas nem todo assentado está disposto a fazer a luta, a participar da luta, a ir à BR, a ir à capital, a ir à presidência da república, a ir a todos os meios reivindicarem seus direitos. Então, boa parte dos assentados esquece-se disso e aí ele é um MST que não funciona. Mas, no entanto, como MST é uma organização a nível nacional e que também tem suas representações fora do país, o MST não para porque meia dúzia de assentados para de participar, ele continua. Então, os benefícios vão chegando e infelizmente esses assentados que deixam de lutar e não dão importância, acabam sendo um bando de oportunistas. Mas, o MST é uma organização de extrema necessidade para o assentamento, para os acampados e a própria cidade, digamos assim, a própria nação. Eu diria que o Brasil sem o MST seria outro Brasil, porque talvez nós estivéssemos ainda na base da chibata, na ditadura ainda. O

MST tem uma complexidade muito grande no sentido de benefício, de mudar a realidade das pessoas. Então assim, não deixa de não ter importância para o assentamento e aí, sem sombra de dúvida as conquistas chegaram até hoje e continuam a chegar, não dependendo só de Chico Mendes, mas sim do MST. Porque sem o MST, Chico Mendes pode sofrer muito. Apesar de que mesmo alguns assentamentos que aderiram após a conquista da terra e a conquista de outros projetos de outros benefícios, e excluíram o MST, apagaram de dentro dessa área, mas mesmo assim ainda recebem benefícios do próprio MST. Porque quando o MST luta, quando é aprovada uma lei no congresso ou uma própria medida pela presidência da república, através de cobrança a nível nacional do MST ela não vem a beneficiar o MST, ela não vem só ao MST, vem a todos os assentados. Então é uma coisa, digamos que, até certo ponto inexplicável. (Joãozinho- Assentamento Chico Mendes).

### **Damos força ao movimento porque foi ele quem sempre nos encaminhou nessa luta**

Rapaz, o trabalho do MST eu sempre dou ponto, porque vejo desde o começo. Damos grande apoio ao MST, porque foi ele quem deu muita força para sermos hoje assentados. Hoje vemos companheiros que dizem: "*rapaz vocês aqui não tem nada!*", mas nós lutemos muito. Porque é a história que eu vinha dizendo a você no começo. Nós sofremos, passamos por lona, passamos por boca de arma de fogo, tudo isso para vencermos e conquistar isso aqui. E hoje damos muita força ao movimento, porque foi ele que sempre nos encaminhou nessa luta. E ainda continua graças a Deus;força ao movimento nós sempre damos. Tem muita gente que não reconhece, mas para mim graças a Deus é ótimo (Alfredo- Assentamento Chico Mendes).

### CAPITULO 3

#### **AS PRÁTICAS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL NO ASSENTAMENTO CHICO MENDES**

Neste capítulo, pretendemos mostrar as práticas de organização produtiva e social vivenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras do Assentamento Chico Mendes, destacando as alternativas que os mesmos vêm construindo para a viabilização do viver no assentamento.

Quando falamos de organização produtiva nos assentamentos, nos referimos às estratégias e opções de desenvolvimento e gestão da produção agropecuária por parte dos assentados, pelo INCRA e coordenação política do MST. Ela surge como um fator determinante para a permanência do trabalhador assentado na terra. Nesse sentido, a forma como o assentado se apropria e utiliza a terra determinará a organização produtiva no assentamento.

Para formar a proposta de organização social e da produção, estão presentes visões e posturas de como deve ser a vida e o trabalho no assentamento.

De um lado encontra-se o INCRA, que procura adotar a organização das famílias em lotes individuais, onde cada família de agricultor recebe um lote separado, faz cerca nele, mora em cima dele e trabalha sozinho.

De outro, numa visão propositiva, o MST, que propõe organizar o trabalho e a vida cotidiana com base nos princípios da cooperação. Conforme o movimento, “a cooperação é o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho” (CONCRAB, 1993, p.8). O MST entende que a saída individual é fatal para o desenvolvimento e êxito do assentado. Pois quando cada assentado trabalha sozinho, trabalha mais e a produção é mais baixa, eles sentem dificuldades para obtenção de crédito, máquinas, ferramentas e para a comercialização de seus produtos.

Por esse motivo, o MST estimula a cooperação entre os assentados, pois trabalhando em conjunto, os agricultores melhoram a produtividade e a qualidade, diminuem os custos com a produção, o tempo de trabalho e aumentam o capital.

No centro desta discussão, encontra-se a postura dos assentados, que se dividem naqueles que se apropriam da terra e do trabalho individualmente e aqueles que tentam reproduzir os princípios cooperativistas preconizados pelo MST

### **3.1 O trabalho da produção e a vida no assentamento: o agir individual e o coletivo**

O assentamento é fruto da organização dos sem terra, é resultado de meses ou até anos de luta, onde os/as trabalhadores/as buscam o mesmo objetivo: conquistar a terra e materializar o sonho de sair da condição de excluídos. Passam assim, a terem a posse de uma terra que antes desempenhava a função de “terra de negócio” e agora assume a posição de “terra de trabalho”.

No entanto, a conquista do assentamento por meio da emissão de posse emitida pelo INCRA representa parte desta luta, pois é preciso que os assentados continuem a organização e a luta para conseguir viver e sobreviver na terra.

A primeira etapa a ser superada pelos assentados é a obtenção de créditos e infraestrutura necessários à vida no assentamento, uma vez que este espaço “não é apenas uma unidade produtiva, mas também um núcleo social” (MORISSAWA, 2001, p.227), onde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividade comunitárias de lazer, cultura, religião etc.

Assim, o assentamento se configura como um novo território, onde se estabelecem novas relações sociais, baseadas na convivência e participação. E foi pensando em quebrar o isolamento social das famílias, promover a convivência e facilitar o acesso a algumas infraestruturas básicas, que as moradias da comunidade assentada foram organizadas em agrovilas. Pois, para o MST “vivendo próximos, em agrovilas ou núcleos de moradia, organizados em núcleos de base, as famílias são estimuladas a solucionar seus problemas de forma conjunta” (MORISSAWA, 2001, p. 230).

Ao se instalar o assentamento, à organização produtiva inicialmente foi discutida com as famílias e estas concordaram em desenvolver a produção numa perspectiva coletiva, uma vez que as famílias orientadas pelo MST acreditam que a prática da cooperação é a saída para o êxito e desenvolvimento do assentamento. Conforme Morissawa, “ela permite ao trabalhador rural romper com a auto-suficiência e o individualismo e acreditar no êxito da aplicação da força conjunta na produção e nos serviços ligados a sua atividade” (MORISSAWA, p.230).

No entanto, após criado, o assentamento é dividido em lotes e começa a produção individual. Esta realidade está estritamente ligada com as experiências

culturais vividas pelos trabalhadores/as, que ao terem a oportunidade de se apropriar individualmente da terra e tentam desenvolvem nela a relação patrão x empregado. Desta maneira, percebe-se certa tensão entre o agir individual e o agir coletivo proposto pelo MST, pois a resistência e descrença em ações conjuntas ainda é um item muito presente dentro dos assentamentos.

Embora os/as trabalhadores/as tenham vivenciado momentos de união e solidariedade no acampamento, depois de assentados uma boa parte deles passava desenvolver uma postura individualista. Assim, talvez o maior desafio dentro do assentamento seja romper com as práticas tradicionais de vida e de trabalho.

Porém, há um esforço e crença daqueles que trabalham na perspectiva de fazer com que essa realidade de vida e de trabalho saia do individualismo e ganhe uma dimensão coletiva, firmada na organização e na execução de atividade conjuntas. Vejamos o que dizem:

### **A saída: trabalhar de uma maneira coletiva**

O nosso movimento tem uma ideologia fundamental, inclusive é bom salientar que esse assentamento foi criado não para ter lotes. Esse assentamento não tem capacidade de assentar cento e vinte famílias, como hoje é assentado. O assentamento é muito mais complexo, porque ele tem duas agrovilas. Então, se você falar de Chico Mendes, você não fala de Ipanema ou de Bela Vista, você fala dos dois. Então assim, esse assentamento não comporta cento e vinte famílias, isso tecnicamente provado. E comporta ao mesmo tempo, dentro de uma ideologia da nossa organização, que é o MST, a partir da produção coletiva. Então, esse foi o grande pensamento e inclusive aprovado pelo próprio povo, no momento. Porque na hora em que foi criado o assentamento, foi discutido isso com as famílias e elas concordaram em assentar cento e vinte famílias para trabalhar de uma maneira coletiva. Então, pegaríamos a melhor área para plantar inhame, íamos plantar inhame, a melhor área para criar gado, íamos criar gado. O que é que aconteceu? Eu diria que até no Nordeste nós temos uma praga chamada individualismo, não só pelo pensamento do povo em si, mas pelo que vem sendo pregado pela burguesia, pelo capital, de que você consegue produzir sozinho, que você consegue ser alguém na vida sozinho, que você não precisa dos outros. Então, existe uma praga, como já disse, chamada individualismo. E aí, o que é que ocorreu? A partir da criação do assentamento, a produção começou; aliás, ela deu continuidade por que já existia um pensamento cooperativista, ainda tinha uma produção coletiva organizada pelo próprio assentamento... E, isso, a partir da criação do assentamento foi, digamos, aniquilada. O pensamento continuou, mas por poucas pessoas e só no pensamento. E hoje, o que é que acontece? Cada assentado tem sua forma de produção, e aí tem muitos que não produzem, digamos que é uma minoria que não produzem, mas existe, e é bom salientar também isso. Porque não vamos dizer que aqui são só maravilhas, tem os espinhos também; agora também não podemos condenar a maravilha e dizer que só tem espinhos, é bom a gente ter isso claro. E essa produção hoje existe, boa parte dos assentados produz individualmente, à nível de organização, pensamos ser uma coisa digamos

fraca. Mas, tem a produção individual e tem também aqueles que não produzem; inclusive há um debate que não compete só à própria comunidade, mas compete ao INCRA, também a ser tomadas providências referentes a isso. Que todo mundo produza nem que seja o mínimo, mas produza e, caso contrário, ele tem que tomar uma outra atitude, que é a exclusão do assentamento. Porque não dá para você ter um assentado com dez, doze anos de assentamento e não ter um caroço de feijão para comer, isso é um tremendo absurdo. Então, assim, temos essa discussão principalmente no nível da produção. Hoje, boa parte dos assentados produz, mas existe ainda uma minoria daqueles que não produzem e essa minoria tem sido debatido no dia a dia. Agora existe também um gargalo grande referente a esses que não produzem, porque tanto o INCRA, que é o responsável legal para resolver essa questão, não toma providências, como também o poder judiciário, que é o maior contra a reforma agrária, não tem nenhum um vínculo a favor da reforma agrária. Você vai encontrar, pode encontrar um juiz a favor aqui ou um promotor ali que realmente fazem ações que também não basta defender, tem que fazer ações que sejam a favor da reforma agrária; mas a grande maioria dos juízes e promotores é contra a reforma agrária, bom saber disso (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes).

**Todo mundo planta e planeja para a sua família individualmente, não a mais aquela família sem terra.**

O trabalho da produção é individual, em parte. Por exemplo, hoje quando temos a visão do assentamento, vemos que as famílias produzem individualmente, mas necessariamente foi preciso organizarmos uma entidade para pensar também no futuro, na comercialização. Criamos no assentamento uma associação e uma cooperativa, porque essas pessoas que estavam nessa comunidade não tinham conhecimento de como fazer inicialmente. Então, foi pela grande necessidade, primeiro de se cadastrar, de ter uma entidade onde possa receber créditos. Mas claro que tinha um grupo de famílias pensando no futuro, pensando na comercialização, pensando em outras formas de organizar o assentamento. Sim, como eu estava falando da produção, antes produzíamos um grande roçado, fazíamos um mutirão e todo mundo ia lá plantava milho, feijão. Era difícil, porque trabalhar com o ser humano é muito complicado. Mas era muito interessante e muito bonito. Era uma forma de organização que a gente não encontra mais em outros espaços, trabalhar em coletivo, e passou agora a cada um ter seu lote, sua terra. E nesse lote todo mundo planta e planeja para a sua família individualmente, não há mais aquela família sem terra ou família assentamento, mas mesmo assim, a gente viu essa necessidade. E o pessoal produz individualmente, mas tem dificuldades de comercializar seu produto. Então eu vou dizer como está organizado o assentamento. Hoje, nesse assentamento, temos 10 núcleos de famílias, temos uma associação e uma cooperativa, duas agrovilas; cada agrovila dessa são 60 famílias cadastradas, fora as pessoas que não são cadastradas, que convivem e moram aqui, os agregados, como se diz. Então, aqui nessa agrovila, tem cinco núcleos de famílias e a maioria das pessoas aqui são associadas na cooperativa. Uma vez por mês essas famílias se reúnem e sentamos o dia todo. Para cada grupo é uma hora de reunião. Essas reuniões são para organizarmos, fazer prestação de conta, para todo mundo saber como está o andamento da cooperativa e da associação, também ver propostas das pessoas, colocar informes. Então, ainda é, como digo, sempre um momento de formação, que passamos por um processo.

Claro que eu não digo que é maravilhas, temos grande dificuldade de todo mundo fazer parte, de todo mundo participar das reuniões. Dizemos, assim, grupos de famílias e muitas vezes na reunião só vai o cadastrado ou a mulher do cadastrado. Porque nosso objetivo é que fossem todos da família, que a gente discutisse a organicidade do assentamento com todas as famílias. Temos cinco grupos de famílias aqui nessa cooperativa e temos cinco grupos de famílias na associação, que tem uma organicidade de se reunir uma vez por mês pra trabalhar, desde a prestação de conta, levantamento de projetos, problemas internos do assentamento, problemas de lote. Discutimos lá nos núcleos de famílias da associação e da cooperativa que se reúnem e, quando termina os núcleos, se vê a decisão e abre para todo mundo. A instância maior do assentamento são os núcleos de famílias, não é a diretoria. Hoje não temos só os núcleos. Hoje temos só aqui, cinco grupos de mulheres e um de jovens. Claro que não funcionam maravilhas, mas a tendência é que nesses grupos a gente discuta as questões sociais do assentamento e busque condições de vida melhor para essas pessoas. As pessoas que tem tendência de se organizar, de buscarmos projetos para essas pessoas trabalharem, buscarmos uma forma de renda para aqueles grupos, corremos atrás e tentamos fazer o máximo possível para funcionar. Aí cabe cada grupo ter mais interesse de se organizar (Paulinha- Assentamento Chico Mendes).

### **3.2 Formas de cooperação presente no assentamento: Associação e cooperativa.**

O MST entende ser necessário criar no assentamento formas de cooperação agrícola que ajudem as famílias a viabilizar a subsistência, a produção e o seu escoamento, uma vez que sozinho o assentado terá grandes dificuldades de organizar sua produção e encontrar mercado consumidor (CONCRAB, 2001). De acordo com as determinações da CONCRAB( 1997, p.21):

[...] a cooperação agrícola é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar) para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas, (trilhadeira, trator, ceifadeira etc.), comprar matrizes animais, produzir uma lavoura em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado.

Desta forma, é possível aplicar a cooperação no uso da terra, no trabalho, nos meios de produção e até mesmo na comercialização. Várias são as formas de cooperação que vem sendo desenvolvidas dentro dos assentamentos, como mutirões, pequenos grupos coletivos, criação coletiva de animais, associações, cooperativas etc.

No entanto, seguindo a tendência dos assentamentos espalhados por todo o Brasil, e pensando em outras formas de organização, o assentamento Chico Mendes

procurou iniciar a organização dos/das trabalhadores/as por meio da criação de uma associação para que estes conseguissem projetos sociais. Como nos demonstra Leite et al.( apud Miranda, 2011,p.41)

As associações constituem a forma predominante de representação dos assentados, pelo simples fato de que são uma espécie de exigência do Estado: elas são a personalidade jurídica do assentamento e sua presença é quase obrigatória para o repasse de créditos.

Desta forma, as associações servem de representação política dos assentados/as, exercendo a mediação e o instrumento de capitalização de recursos para os assentados em programas do governo.

Porém, devido ao elevado número de famílias assentadas e pelas dificuldades de comercialização, criou-se também uma cooperativa para tentar organizar a produção e a comercialização. Os depoimentos a seguir refletem sobre como surge a cooperativa e com que intenções.

### **Esta faltando tanto na associação como na cooperativa e envolvermos e capacitarmos jovens para participar**

Como eu tinha colocado, temos o prazer de ter logo as duas. Inicialmente pensamos de formar só uma cooperativa e depois a vimos a quantidade de famílias, cento e vinte famílias e a gente teve a necessidade de estar em duas agrovilas. E hoje temos uma associação e uma cooperativa no assentamento. Graças a Deus não é problema, tem dado certo, apesar de precisar melhorar muito. Porque as pessoas não conseguem ver o todo; por exemplo, muitas vezes uma cooperativa ou uma associação fica na responsabilidade de uma minoria, porque as pessoas não conseguem se envolver com o todo. Mas assim, o que tem dado certo em relação principalmente às duas é conseguirmos projetos sociais para a comunidade, é conseguirmos organizar o assentamento melhor. E em nome dessas entidades, conseguirmos organizar o povo de várias formas, como na produção e na comercialização. Hoje estamos tentando garantir tanto na associação como na cooperativa a melhoria da questão da comercialização. Um é o projeto PAA, queremos envolver o PENAI também para garantir a comercialização da comunidade. Tem produção no assentamento que queremos garantir a comercialização pela cooperativa. Esses grupos que estamos construindo, queremos garantir que eles estejam envolvidos na organicidade da cooperativa e da associação. Então, a cooperativa e a associação vem organizando as pessoas como uma instituição, como pessoas que podem ter direito a ser agricultor, a ter um espaço. Não é simplesmente um assentado por um assentado, mas um assentado tendo uma organicidade, tendo uma instituição e também tendo uma forma de organização. Agora como funciona, eu diria que tanto a associação como a cooperativa não funciona de baixo para cima. Porque como eu tinha

colocado antes, a maior instância do assentamento são os núcleos de famílias. Como todos os órgãos que funcionam é necessário ter cadastrados, ter sócios, estar em dia. Mas quando é questão do assentamento, quem decide são os núcleos de famílias. Então assim, tudo que existe de normal, tem estatuto, tem ata de reunião, ata de diretoria, ata de aprovação. Então, tudo que tem legalmente é organizado dentro da associação e da cooperativa. E o que é que está faltando, no meu ponto de vista? Está faltando tanto na associação como na cooperativa é a gente envolver, capacitar jovens para participar e até mesmo fazer parte da diretoria. Porque hoje as diretorias dos assentamentos funcionam pelos cadastrados e os cadastrados vão ficando mais de idade, vão tendo aquela visão ainda fechada. E os jovens, se buscássemos no assentamento condições de vida, de sobrevivência, porque os jovens são aquelas pessoas imediatas que querem as coisas tudo rápido, infelizmente. E se eles fossem capacitados para administrar uma associação ou uma cooperativa talvez evoluísse melhor. Eu acredito nisso, não sei se daria certo, mas acredito que talvez evoluísse melhor, não é certo, mas quem sabe. (Paulinha- Assentamento Chico Mendes).

### **Porque a desunião e péssima**

A cooperativa, como diz o ditado, não esta bem- bem, porque as coisas são sempre devagar, porque a desunião é péssima, como diz a história. Porque quando vivíamos acampados, você sabe que no início da ocupação a união é mais, mas quando tudo passa e cada um está no seu lugar fica todo mundo tranquilo e boa parte não se liga com as atividades. A cooperativa, como temos aqui, hoje não temos ela, bem dizer, em prática firmada, por causa propriamente da nação, porque o pessoal não se uniu, para enxergar a realidade e aí fica difícil. Mas, graças a Deus, por poucas coisas que vai, a cooperativa da para ir levando a vida e batalhando. (Alfredo- Assentamento Chico Mendes).

### **3.3 Produtos agrícolas, comercialização e práticas alternativas de sobrevivência no campo.**

O assentamento Chico Mendes encontra-se localizado na Zona da Mata, uma região que proporciona uma diversidade de produtos agrícolas. Nessa região temos o desenvolvimento da agricultura familiar como forma de organização da produção. Segundo Neves (2012, p. 36), a agricultura familiar pode ser conceituada como “o modelo de organização da produção agropecuária onde predominam a interação entre gestão e trabalho, a direção do processo produtivo pelos proprietários e o trabalho familiar, complementado pelo trabalho assalariado”.

A agricultura familiar desenvolvida pelas famílias, apesar da grande diversidade e variedade, não pode ser considerada geradora de grandes riquezas, pois é desenvolvida essencialmente para o consumo da família, com venda do seu excedente. Isso porque cada família de agricultor recebeu seu lote separado e trabalha individualmente com sua família, desta forma é muito difícil cultivar toda a terra com poucos recursos que se tem.

Devemos ter em mente que o trabalho no campo precisa contribuir para a sobrevivência da família, e mais do que conseguir botar alimento na mesa, as famílias necessitam de recursos para suas necessidades mais imediatas.

Assim, além da preocupação das famílias em terem recursos para desenvolver suas produções, existe dentro do assentamento a preocupação com a comercialização, uma vez que, todo esforço dos assentados acabava indo parar na mão dos atravessadores. Desta forma, um desafio que está sendo superado com grande dificuldade pelos assentados é a forma de comercialização de seus produtos.

Assim, embora em sua grande maioria a produção seja realizada individualmente em lotes familiares, o assentamento está tentando mudar sua forma de comercialização. Uma destas conquistas foi a adesão ao programa da CONAB, onde o repasse dos produtos é realizado coletivamente. A adesão a esse programa mostra a importância da organização associativa, incentivando os/as assentados/as a elevarem sua produção, além de estimular as famílias associadas a procurarem outros projetos e estratégias de desenvolvimento.

### **Quem souu mais tem que levar menos**

Hoje aqui no assentamento temos uma diversidade de produção, apesar da produção ainda não ser muito grande, mas as pessoas produzem feijão, milho, produz inhame, macaxeira, batata e até amendoim, até que diminuíram mais, as pessoas produziam muito amendoim. E hoje não é mais só essa questão da produção, tem a questão da pecuária também, que o pessoal cria gado, cria galinha, o pessoal cria peixe, tem o açude que é do assentamento, que tem o trabalho coletivo nele, o trabalho coletivo nele não deixou de existir. Porque o coletivo não é só aquele que você produz ali para todos, mais o coletivo é aquele em que você se organiza para trabalhar coletivamente e para saber dividir. E assim, quais são os trabalhos coletivos que existem hoje no assentamento? Um deles é a forma de comercializar que a gente está se preocupando demais, porque o pessoal trabalhava muito e a produção ia para a mão do atravessador.

Assim, uma boa parte do que é comercializado fica na mão do atravessador, outra não, vou lhe explicar por que. Até dois anos atrás era, porque o pessoal plantava inhame, sai carradas de inhame, de macaxeira, mandioca e o atravessador levava, e ele é quem tinha mais lucro. Porque quando chegava aqui, eu lembro que tempos atrás Jorge plantando inhame aqui mesmo, não pôde colocar o preço, quem colocou foi o atravessador. Dizer qual é o valor que tem que levar e quem suou mais tem que levar menos. Infelizmente é assim que se dá o processo de produção dentro dos assentamentos. E foi nesse sentido que começamos a nos preocupar em tentar organizar a produção. Não está totalmente organizada, infelizmente não está, porque é um processo lento. Começamos inserir projeto, fazer projeto do PAA pela CONAB que é a compra antecipada do produto. Você compra e essa produção, acho que você até conhece que muita da nossa produção estava indo para doação nas escolas. A CONAB paga e vendemos o produto. Então começou a organizar isso na produção. Hoje aqui no assentamento temos dois projetos do PAA, um que já esta com o dinheiro na conta. Como é que se dá isso, o pessoal produz, organiza sua produção e vende para CONAB, ele recebe pela sua produção, garantido porque não precisa passar pelo atravessador, garantido por preço de mercado. Então, e por isso que eu lhe digo que o coletivo está funcionando, não é mais só um que produz. As pessoas estão se organizando para decidir como vai produzir, o que produzir, para onde produzir. Além da sustentabilidade, que isso eu sempre digo, quem bota alimento na mesa do campo e da cidade é o homem do campo. Porque os grandes produtores produzem para exportação e são os pequenos que produzem, mas não é visto. Então, agora estamos colocando aos poucos na mesa do povo e para o povo ver. Hoje organizamos até grupos de mulheres e graças a Deus estamos dando um passo à frente. Porque nessa produção tem um grupo de mulheres que produz bolo, este ano vamos fazer um grupo de mulheres produzindo horta e um grupo de mulheres criando galinha. Mas, você pode dizer: "Paula, porque grupos?" Porque eu acredito muito na questão coletiva e que dá certo, só que as pessoas ainda não acreditam. Mas, foi nesse dado certo que, por exemplo, eu acho que você lembra dos bolos que chegavam em Riachão. Mulheres aqui, que não tinham como ajudar seu marido e saíam daqui e iam trabalhar nas cozinhas dos outros em João Pessoa para poder ajudar o marido. Hoje tem muitas mulheres aqui, eu vou colocar sete mulheres que iniciou a dois anos e esta sendo exemplo, por isso que eu consegui formar outros grupos aqui. E nessas sete mulheres, elas sem precisar sair de casa, sair para longe, que sabem que só lá no campo vão garantir o alimento na mesa, vão garantir o feijão. Porque quem está na terra garante sim, garante o feijão, garante o milho, garante a farinha e tem o peixe, ninguém morre de fome, garante a cesta básica. Aqui se disser que tem alguém morrendo de fome, ele deve ser muito preguiçoso. Eu acredito com grandes dificuldades que existem, que as pessoas aqui tem a sustentabilidade mínima. Mas só isso não basta; é preciso buscar meios para cuidar da saúde, a questão de pagar energia, comprar um botijão de gás e tudo mais. Era essa necessidade que fazia muitas pessoas saírem do campo. Mas, nesse grupo teve mulheres trabalhando na produção de bolo, que chegou a receber por quinzena 400,00 reais trabalhando duas vezes na semana. Então, isso foi um salto muito grande que aconteceu. E nesse salto muitas mulheres cujo marido estava trabalhando e ela estava dentro do assentamento batalhando outras formas de produção, elas garantiram comprar bezerro, carneiro, comprar móveis pra dentro de casa, com esse trabalho dentro de casa. Foi nesse sentido que eu percebi que o assentamento ainda é, a reforma agrária é uma das melhores soluções para as pessoas do campo. Porque imagina, hoje aqui a gente encontra 120 famílias, essas famílias nas periferias da cidade será que teria emprego para tanta gente? Eu vejo a dificuldade das cidades, sem estudo que não é fácil, quem tem estudo encontra grandes dificuldades para arrumar um emprego. Então, do acampamento até hoje

deu um salto de qualidade, não melhorou cem por cento, mas eu acredito que muita coisa tem que melhorar ainda. Hoje tem o açude, onde temos um pesque-pague e esse peixe também vamos passar para a CONAB. Além desse peixe, tem pessoas aqui que produzem peixe em viveiro e estão melhorando de vida. Então, o campo hoje está contribuindo muito para estas famílias, apesar de que sei que muitos não conseguem perceber, mas eu consigo perceber desta maneira. E nosso objetivo dentro dessa comunidade é garantir não só sustentabilidade, garantir qualidade de vida para os assentados, para as mulheres dos assentados, para os jovens e filhos. Hoje temos aqui uma grande preocupação com os jovens, porque não encontramos projetos para os jovens, para ocupar a mente destes jovens, não conseguimos encontrar. Mas, conseguimos dar um avanço com a questão das mulheres e eu acredito que um dia chegaremos a dar um avanço com os jovens (Paulinha-Assentamento Chico Mendes).

### **Agora surge uma nova questão importante para o assentamento: a compra através do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos pela CONAB)**

Bem, a produção de tudo de que há no mercado e compete à região, digamos que o assentamento tem. Isso não é em quantidade que abasteça totalmente o mercado. Mas assim, sempre tem um assentado que produz macaxeira, que produz o inhame, que produz o feijão, o milho, a batata doce, o caju, a laranja, a manga. Sempre você vai encontrar dentro do assentamento pessoas que tem isso, o coqueiro e toda a produção que a região permite ser produzido, você vai encontrar dentro do assentamento. Agora, como já disse, não é em quantidade excessiva que dê inclusive para abastecer o mercado. Porque o que é que vai para o mercado mesmo aqui é a macaxeira e o inhame, a batata doce, isso vai para o mercado. Mas ainda tem outra produção, a questão do gado, que também vai para o mercado, a produção de carne bovina, leite, tudo isso é produzido no assentamento. Até então, a comercialização destes produtos era através do atravessador, que é um mercado digamos, um mercado livre, aonde o cara vem aqui, compra, leva e ganha setenta por cento da nossa produção. Como em toda a região do Brasil, o atravessador leva setenta por cento da produção do agricultor, isso são dados comprovados. Agora surge uma nova questão importante para o assentamento, para os assentados, que é a compra através do PAA, que é o programa de aquisição de alimentos da CONAB. O Governo Federal através da CONAB, compra o produto, doa para as instituições e o assentado que tem o produto vende; então surgiu esse meio de comercialização. Ainda há algumas questões que deixam o agricultor preocupado, que é a questão da burocracia do governo, que ao invés de ter um projeto aprovado, digamos que todo ano ser aprovado no mês de março, por exemplo, ou abril, ele acaba passando um ano sem aprovação. E isso significa dizer que em 2009 nós fizemos um projeto do PAA, quando veio ser aprovado foi em 2010, então a produção de 2009 já tinha sido comercializada e quem comprou foi o atravessador. Quando foi em 2010, já pedíamos a assistência técnica. Porque também temos assistência técnica paga pelo Governo Federal através do INCRA. Uma briga travada pelos movimentos sociais, inclusive o que nos representa que é o MST, em várias lutas que aconteceram para garantir essa assistência técnica, e conseguimos. Então, já pedíamos em 2012, essa assistência técnica para ser elaborado o projeto para 2011. O que é que acontece? Passou 2010, passou 2011 e o projeto só veio ser aprovado agora, no mês de janeiro de 2012. Que período é esse? Um período que a produção novamente já foi toda. Então, estamos apelando para os companheiros que ainda tem um inhame e também temos uma produção que não depende

muito de época, que é a questão do bolo. Que temos um grupo de mulheres que produzem bolo. Então esse produto é mais fácil de garantir a produção para a CONAB, para o PAA, como havia falado. E assim, existe essa dificuldade ainda de avanço nessa questão da compra dos produtos, que também não abrange todos os cento e vinte assentados. E ainda tem a questão de que é uma burocracia sem tamanho para podermos receber esse recurso, mesmo botando produto, às vezes passa até trinta dias sem recebermos ou até mais. Então isso é complicado demais para o agricultor, porque o agricultor precisa de dinheiro toda a semana para como se diz fazer a feira e garantir também os meios de produção. Porque o dinheiro não só serve para fazer a feira para a alimentação, precisa também para cortar a terra, para preparar o solo, porque o agricultor não consegue produzir sem o auxílio de máquinas, sem o auxílio de alguns insumos que são necessários. Então, assim, isso acaba dificultando a vida. Com a água, entendemos um pouco. Mas, a sacanagem nesse país é tão grande, que tem muitas camaradas sacanas que fazem de má fé e ainda passam trote no governo, através de um projeto desses. Inclusive, assim, tentamos identificar esse tipo de gente para não passar um risco, para que ele não possa avançar nesse sentido (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes).

**Não temos comércio para negociar, se vendemos os camaradas às vezes passa calote.**

Hoje a produção da gente é mais para consumo, porque hoje a agricultura é um caso que está sempre cada vez mais fraca. Porque épocas atrás, contávamos bem com a agricultura, plantávamos de tudo e colhíamos bem e de certo tempo para cá, a agricultura da gente está devagar demais. Se plantamos macaxeira não tem comércio para negociar; se vendemos os camaradas às vezes passam calote. Eu mesmo, ano passado, plantei uma roça e levei um calote danado, vendi minha roça a um cabra e o cabra não pagou tudo, ainda hoje me deve. O plantio de milho, legumes, feijão essas, coisas são mais para o consumo. E a agricultura de roça, o inhame esta certo, para quem planta o inhame e pega uma época boa, uma safra boa se dá bem. Mas, não é todo mundo aqui que tem uma plantação de inhame, é pouca gente. A comercialização, passamos para os comerciantes, porque de qualquer maneira não temos um local certo. Hoje estamos reivindicando e encaminharam a CONAB para colocarmos. E como você vê, encaminharam essa CONAB para colocarmos mercadoria nela, mas chegou numa fase onde quase ninguém tem. Então vamos trabalhar esse ano para ver se para o outro ano, vamos chegar a realidade de ter alguma coisa para colocar lá. Porque agora muita gente já não tem mais, porque veio fora do prazo, já tarde. Até então, tinha gente com inhame, macaxeira, um bocado de coisas que dava para botar, mas agora chegou numa época que ninguém tem e fica difícil assim (Alfredo-Assentamento Chico Mendes).

**Não acho na realidade que a gente tem que trabalhar fora para poder sobreviver**

Assim, desde o início do assentamento, mesmo eu com idade de dezesseis anos, já tinha um trabalho social junto ao MST, que necessita de pessoas para realizar um trabalho de organicidade e de pessoas inclusive para dar continuidade à luta. Então assim, eu tenho minha produção no meu lote e para fora em termos de produção mesmo, não trabalho. Só trabalho no meu lote mesmo, para produzir com a família a produção de insumos para nos

manter, seja o feijão, a batata doce, a macaxeira, essas coisas assim que produzimos aqui no lote. Porque assim, eu não acho na realidade que a gente tem que trabalhar fora para poder sobreviver. Para sobreviver conseguimos trabalhar aqui dentro do assentamento e produzir para sobreviver. Não é uma vida digna como esperávamos, mas assim, vamos sobrevivendo, eu digo que “pobre não vive, pobre sobrevive” (Joãozinho-Assentamento Chico Mendes).

### **É preciso ter oportunidade e ter coragem de lutar.**

No início só trabalhava no meu lote, eu e minha família. Há quatro anos a nossa sobrevivência era só da terra. Tínhamos que produzir e guardar uma parte para se alimentar no ano, até chegar outra produção. Era muito complicado, porque tínhamos que pensar na alimentação e nos gastos mais necessários. Acho que isso é complicado para todo mundo, mas a sim, a diferença entre eu e outras famílias é porque mesmo sendo agricultora busquei a querer estudar. Eu continuei estudando e hoje estou trabalhando por causa desse objetivo, que busquei. Hoje contribuo não só no assentamento, contribuo com minha família, por causa do querer ser diferente, de querer buscar outros objetivos, outra forma de vida. Aí eu diminuí o trabalho no campo. Antes fui para dentro de uma universidade estudar, depois que saí encontrei a oportunidade de me inserir na assistência técnica. Hoje eu trabalho como agente social no INCRA, mas meu grande prazer é por estar trabalhando e contribuindo nas comunidades de assentamento que hoje eu faço parte. Não sou só uma agente social, eu sou uma assentada, uma sem terra, uma agricultora, e não tenho vergonha em dizer em canto nenhum, em lugar nenhum quem eu sou. Porque muitas vezes recebemos muito preconceito da sociedade por ser sem terra, por ser do campo. Mas, ser do campo é ser digno, ter coragem de lutar. E hoje eu contribuo e sou feliz por ter a oportunidade de voltar a trabalhar no campo, contribuindo de outra maneira. Tenho uma responsabilidade imensa, eu acompanho esse assentamento e acompanho mais treze assentamentos dessa região aqui, da zona da mata nove. Meu objetivo nesse trabalho social e contribuir socialmente para as pessoas terem melhores condições de vida, ter uma vida digna, as pessoas se valorizarem mais, ter mais conhecimento; então a minha contribuição é essa. E o meu trabalho é muito prazeroso, porque eu não trabalho só pelo que ganho, mas o que acho mais importante é o resultado que fica nos assentamentos que eu ando. Quando eu deixo lá grupos organizados de produção que vão à luta, eu fico muito mais feliz. Se eu passar o ano todinho em um assentamento e não conseguir deixar nada, para mim não valeu nada, então o maior prazer é ver o resultado. E ver o resultado é ver as pessoas mais capazes de lutar por elas mesmas, capazes de serem mais humanas, capazes de buscarem condições de vida melhor na própria localidade, valorizando a localidade que vivem. Então tudo isso eu acredito, que é preciso ter oportunidade e ter coragem de lutar (Paulinha-Assentamento Chico Mendes).

## LIÇÕES APRENDIDAS COM A PESQUISA

Por meio desse trabalho de pesquisa que traz os relatos cheios de muita emoção, coragem e sofrimento dos/as entrevistados/as, fomos conhecendo as histórias de vida e de lutas dos/as assentados/as, e desta forma pudemos construir a história de formação do assentamento Chico Mendes.

A história do assentamento Chico Mendes, semelhante a dos demais assentamentos conquistados com o apoio do MST, é fruto da luta e resistência dos sem terra.

Os trabalhadores/as que hoje se encontram assentadas em Chico Mendes enfrentaram vários desafios até conseguirem seu pedaço de chão. Os despejos, o enfrentamento aos jagunços, o sofrimento e o medo fizeram-se presentes nessa luta. Contudo, eles resistiram, pois tinham a convicção que só com essa ação de transpor as cercas do latifúndio, poderiam conquistar a terra que geraria os frutos para sua sobrevivência. Desta forma, essa decisão partiu da necessidade de sobrevivência de cada trabalhador e do sonho de poder ter um pedaço de terra para morar e trabalhar.

Mesmo depois de serem despejados da primeira fazenda ocupada, a Soares de Oliveira, os sem terra ocuparam uma nova área, a fazenda Ipanema, no município de Riachão do Poço. Nesta área não houve conflito por parte do latifúndio e os sem terra permaneceram acampados cerca de um ano até sair a emissão de posse do INCRA.

O acampamento constituiu para as famílias acampadas o momento de uma grande escola, onde morando sob barracas de lonas, expostas à chuva, ao frio e à fome os assentados tiveram que se organizar e agir de forma coletiva e solidária até conquistar o assentamento. Significativos momentos solidários fizeram parte da luta dessas famílias, tais como: campanhas para conseguir alimentos, pedágios, negociações com as prefeituras etc. Desta forma, a união, a solidariedade, a resistência e a cooperação foram fundamentais para a superação das dificuldades vividas durante o acampamento.

A conquista do assentamento constituiu parte desta luta, entretanto, após o acesso à terra novos desafios vão surgindo a cada dia. Os assentados precisam organizar a produção e a vida no assentamento, criando alternativas de sobrevivência na nova terra.

O MST, como um movimento que acompanha o assentamento, propõe que as famílias se organizem coletivamente por meio da cooperação agrícola, para transformar as condições de vida e de trabalho. No entanto, pudemos perceber, pelos depoimentos obtidos na pesquisa, que é na fase de assentamento que as famílias expressam uma postura individualista, que acaba dificultando as estratégias de organização da produção e as relações interpessoais entre os assentados.

Se no acampamento os assentados presenciaram momentos de união e solidariedade, no assentamento uma boa parte passa a se preocupar com maior ênfase nos seus próprios problemas. Assim, depois que o assentamento foi conquistado, vieram os desafios de conviver e agir em coletividade, como participar de associações, dos grupos de famílias e de discutir as propostas em grupo.

No entanto, há aqueles que acreditam nas ações coletivas e procuram executá-las a exemplo dos grupos de mulheres que produzem bolos e dos assentados que participam da associação e da cooperativa. Há o esforço por parte de alguns assentados para organizar o processo produtivo e principalmente a questão da comercialização no assentamento.

Assim, apesar da produção em sua grande maioria ser desenvolvida individualmente, constatamos que o problema da comercialização está sendo resolvido coletivamente, por meio da adesão ao programa da CONAB. E que, apesar das dificuldades para conseguir aprovação dos projetos, a adesão ao programa contribuiu para promover uma perspectiva coletiva. Pois as famílias estão se organizando para decidir o que produzir, para onde produzir, como vai produzir.

Nessa dinâmica de dificuldades e perspectivas, as famílias lutam para permanecerem na terra, enfrentando os desafios de construir uma identidade coletiva, quando predomina o individualismo, e de pensar no trabalho cooperado, quando a luta é pela sobrevivência.

Mesmo diante de tantas dificuldades vividas pelos/as assentados/as, a luta pela terra e a conquista do assentamento representam avanços na vida das famílias que antes viviam sem trabalho certo, sem terra, sendo explorados e sem perspectivas de futuro melhor. Esta realidade mostra a importância da distribuição de terra no Brasil e do trabalho do realizado pelo MST, pois representou para as famílias novas possibilidades de vida e de trabalho, mais satisfatórias do que a realidade vivida pelas famílias antes de conquistarem a terra.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lurdes Maria; MIELE, Neide; Godoy, Rosa Maria. **Eu marcharei na tua luta! A vida de Elizabeth Teixeira**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1997.

BUTH, Fernanda ; CORRÊA, Walquíria Krüger. A reconstrução do território a partir de assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

CAVALCANTE, Rita de Cássia. A Educação do Campo: retrato das diferentes ações. In: **Aprendizes da Terra: a voz a resistência do MST na Paraíba**. João Pessoa, UFPB/CE, 2002 (separata de Dissertação de Mestrado – p-53-74).

CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. São Paulo: CONCRAB, 1997. (Caderno de cooperação agrícola nº 05).

\_\_\_\_\_. **A cooperação agrícola nos assentamentos**. São Paulo: CONCRAB, 1993. ( Caderno de Formação nº 20).

ELIAS, José Cláudio Pereira. **Eça-Pé – Sapé: homenagem a minha terra**. João pessoa: Sal da Terra, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: A formação do MST - movimento dos trabalhadores Rurais sem terra no estado de São Paulo**. São Paulo, 1994 (Dissertação de mestrado). Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>> acesso em 19 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem terra - MST (1979 –1999)**. São Paulo, 1999. (Tese de Doutorado). Disponível em:<<http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd.php>>. Acesso em 19 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Revista Nera**, 2005.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32 ed. 2005.

GIRANDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo Mançano. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, nº 8, pp. 73-98, 2008.

GOULART, Elias Estevão; PERAZZO, Priscila Ferreira; LEMOS, Vilma. Memória e cidadania nos acervos de história oral e mídia digital. **Em Questão**: Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 153-166, jan./jun. 2005.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra Prometida: Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, Jose de Sousa. A questão agrária brasileira e o papel do MST. IN: STEDILE, João Pedro (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **A chegada do estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 3ª ed, 1991.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A questão Agrária Hoje e os Desafios do Governo Lula. **Agrária**, nº 1, p.37-54.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOREIRA, Emília; Targino, Ivan. **Capítulos de geografia Agrária da Paraíba**. Editora Universitária, UFPB, 1997.

MIRANDA, Roberto de Souza. Os desafios da organização em assentamentos rurais. **Revista verde** (Mossoró- RN- Brasil) v.6, n.2, p.41-45, abril/junho de 2011.

NEVES, Delma Passos. Agricultura familiar. In: Caldart, Roseli Saete (org.) **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, expressão popular, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados 15, 2001**.

STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional-1500-1960**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2005.

## APÊNDICE

## ROTEIRO DE PERGUNTAS

Nome: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

- 1) Como foi o processo de luta pela terra e a ocupação da fazenda ?
- 2) Como era o dia-a-dia no acampamento? Quanto tempo durou?
- 3) Como é o trabalho da produção no assentamento?
- 4) O que produzem? Como é comercializado?
- 5) Você e sua família trabalham apenas no seu lote ou desenvolvem trabalho fora do assentamento? Qual? Por quê?
- 6) Tem associação ou cooperativa no assentamento? Me fale um pouco.
- 7) Quais são as maiores dificuldades vividas no assentamento e as estratégias de organização.
- 8) O que você acha que precisa melhorar dentro do assentamento? Por quê?
- 9) Como você avalia o trabalho do MST no assentamento?

## ANEXO



Escola do assentamento. Fonte Cristina Balbino



Antiga casa de morador da fazenda. Fonte: Cristina Balbino



Igreja da fazenda: Fonte: Cristina Balbino



Antiga casa do Fazendeiro, atualmente utilizada para reuniões.

Fonte: Cristina Balbino



Entrevista com Luiz Trindade- Assentamento Tiradentes.

Fonte: Cristina Balbino